



Denisa Soares

**DA SERRA/ROÇA PARA O CAMPO/LAVOURA:
TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E CULTURAIS DE
REASSENTADOS RURAIS ATINGIDOS POR BARRAGENS**

Dissertação de Mestrado

CRUZ ALTA-RS, 2016

Denisa Soares

**DA SERRA/ROÇA PARA O CAMPO/LAVOURA:
TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E CULTURAIS DE
REASSENTADOS RURAIS ATINGIDOS POR BARRAGENS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ, como requisito parcial para obtenção de Título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof.^a Dra. Claudia Maria Prudêncio De Mera

CRUZ ALTA-RS, DEZEMBRO 2016

Universidade de Cruz Alta-UNICRUZ
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural

**DA SERRA/ROÇA PARA O CAMPO/LAVOURA:
TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E CULTURAIS DE
REASSENTADOS RURAIS ATINGIDOS POR BARRAGENS**

Elaborada por:

Denisa Soares

Como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Rural

Banca examinadora:

Dra. Claudia Maria Prudêncio De Mera..... UNICRUZ
Dr. Domingos Benedetti Rodrigues..... UNICRUZ
Dra. Rosemar de Fátima Vestena.....UNIFRA

Cruz Alta-RS, 22 de dezembro de 2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço, especialmente, a minha pequena Sophia, por me fortalecer todos os dias na busca de crescimento, tornando-me um sujeito humano melhor, motivada na caminhada intelectual, emocional, profissional e em “tudo” na minha vida.

Agradeço a cada pessoa da minha família, minha mãe, meus irmãos, meus amados sobrinhos e sobrinhas, às minhas cunhadas, e agradeço especialmente a Marcieli e Marcio, Cezar e Junia, Oday e Arelis, que sempre me ajudaram. Agradeço, também, a minha grande família de coração, Tia Isaura, Amanda, aos muitos amigos, às famílias entrevistadas e a tantos outros, que de alguma forma me ajudaram a construir este estudo e também a me fortalecer e crescer. Obrigada, também, aos meus colegas de mestrado.

E, por fim, agradeço imensamente aos meus professores, aos meus orientadores e, em especial, à Professora Claudia Mera, inicialmente minha coorientadora, que nunca desistiu de me incentivar e orientar, ajudando-me a seguir em frente, mesmo com as muitas adversidades. Levo comigo cada palavra sua, professora, assim como seu exemplo e capacidade de resolução, que guardarei por toda minha vida, com admiração e estima. Obrigada!

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora de Fátima, por atenderem minhas orações e preces. Ao meu Anjo da Guarda, meu eterno pai, hoje uma estrela no céu, que para a netinha Sophia às vezes é uma borboletinha, dedico também este árduo trabalho.

RESUMO

Este estudo traz os resultados de uma pesquisa que coletou dados das configurações e as transformações socioeconômicas e culturais dos agricultores familiares atingidos por barragens de um reassentamento organizado pelo MAB, migrantes da Barragem de Dona Francisca, no Estado do Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada nesta pesquisa é descritiva, a partir de cunho qualitativo, utilizando entrevistas semiestruturadas para registrar dados sobre as rotinas dos agricultores na agricultura familiar. Também foram identificadas as dificuldades que os agricultores enfrentam para o desenvolvimento de suas atividades no meio rural no novo começo campo/lavoura após a migração de serra/roça para o reassentamento e as novas organizações advindas com a reorientação desta migração dos agricultores atingidos por barragens. E justifica-se por buscar analisar cientificamente a realidade estudada para fomentar novas estratégias e incentivos a fim de fortalecer o desenvolvimento dessa Comunidade de reassentados no Rio Grande do Sul, que nas dificuldades e desafios não se diferencia de outras realidades de assentamentos e reassentamentos em outros estados brasileiros. De fato, é preciso dar um significado a essas narrativas, solicitações de melhoramentos social, econômico, cultural. Conhecer o passado desses trabalhadores, entender o presente e buscar melhorar o futuro conscientemente.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Reassentamento. Migrações.

ABSTRACT

This study brings the results of a survey that collected data of the settings and the socioeconomic and cultural transformations of family farmers affected people of a resettlement organized by MAB, migrants of the Dona Francisca, in the State of Rio Grande do Sul. The methodology used in this research is descriptive, from qualitative nature, using semi-structured interviews to record data about the routines of farmers in family agriculture. Were also identified the difficulties farmers face in the development of their activities in rural areas in the new beginning/crop field after migrating from Sierra/farm for resettlement and the new organizations arising with the reorientation of this migration of farmers affected people. And it is justified by get scientifically analyze the reality designed to promote new strategies and incentives to strengthen the development of that community of resettled in Rio Grande do Sul, to the difficulties and challenges not differs from other realities of settlements and resettlement in other Brazilian States. In fact, it is necessary to give meaning to these narratives, requests for social, economic, cultural enhancements. Know the past of these workers, understand the present and seek to improve the future consciously.

Keywords: family agriculture. Resettlement. Migrations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localidade de origem dos produtores reassentados	37
Figura 02 - Área do reassentamento destino dos migrantes da Barragem Dona Francisca.....	38
Figura 03 - Agrovila formada no início do reassentamento	39
Figura 04 - Primeira casa a ser erguida pela equipe de construção do MAB...	40
Figura 05 - Escola Municipal de Ensino Fundamental localizada no Reassentamento.....	41
Figura 06 - Igreja e Salão Paroquial Comunitário e Religioso do Reassentamento.....	42
Figura 07 - Salão Comunitário do Reassentamento.....	42
Figura 08 - Campo de Futebol localizado no Reassentamento.....	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 Problema de pesquisa	11
1.2 Objetivo geral.....	11
1.3 Objetivos específicos	11
1.4 Justificativa	12
2. RECURSOS METODOLÓGICOS	13
2.1 Caracterização do método de estudo.....	13
2.2 Área de abrangência d público alvo da pesquisa.....	14
2.3 Procedimentos de análise de dados.....	15
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	16
3.1 A questão agrária no brasil: aspectos históricos de formação.....	16
3.2 A questão fundiária intrínseca na questão agrária.....	25
3.3 O processo de territorialização dos atingidos por barragens.....	29
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	33
4.1 Caracterização da região donde está localizado o reassentamento	33
4.2 Perfil dos entrevistados.....	34
4.3 Caracterização do reassentamento e do processo de migração dos agricultores atingidos por barragens	36
4.4 Estratégias de desenvolvimento dos reassentados frente ao cenário que se depararam no município se comparados ao anterior, antes da migração.....	43
4.5 A questão territorial dos reassentamentos por barragens	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55

1 INTRODUÇÃO

A construção de hidrelétricas no Brasil tem início na década de 1950, devido a dificuldades de importação de carvão e derivados do petróleo. No entanto, a discussão sobre a temática que trata de reassentamentos de agricultores atingidos por barragens e a formação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ampliaram-se na década de 1970. É neste período que ocorreram duas graves crises energéticas mundiais. Para Gremaud (2002), tanto a crise do petróleo de 1973 quanto à ocorrida em 1979 quadruplicaram o preço do petróleo, o que fez com que os países buscassem novas formas de gerar energia, pensando em como substituir a falta de petróleo.

Uma das formas de geração de energia foi o aprofundamento da infraestrutura do setor hidrelétrico e a construção de barragens em rios e bacias hidrográficas em várias regiões do país. De acordo com o MAB (2011), se por um lado amplia-se o potencial de aproveitamento da energia, por outro, não havia uma proposta de indenização adequada das famílias que viviam à beira dos rios. A consequência foi a expulsão de milhares de famílias de suas terras, a maioria sem ter para onde ir. Muitas foram para as favelas das cidades, engrossaram as fileiras de sem-terra, algumas foram reassentadas em outras áreas rurais do país. Ou seja, a indenização deveria garantir a permanência na terra, no entanto, a forma de indenização dos atingidos por barragens foi bastante diversa.

Neste contexto, segundo Silva e Silva (2012, p. 02), “surge uma categoria de análise nas ciências humanas, que se ocupa em estudar os efeitos socioespaciais que as barragens impõem: o atingido.” Ainda de acordo com os autores, a construção de hidrelétricas são projetos que desconsideram as populações que ali vivem e possuem vínculo com a área a ser inundada. Entre os impactos sociais ocasionados pela construção de uma hidrelétrica está o deslocamento compulsório, que se caracteriza pela fragmentação das relações de pertencimento dos impactados com o seu lugar de moradia e com

os elementos que fazem parte do seu modo de vida. Portanto, é nesta questão de reassentamentos que inside a significativa diferença entre os assentados e reassentados; enquanto os primeiros migram voluntariamente em busca de melhores condições de vida, os outros são obrigados a deixar seus espaços de forma compulsória.

Já para Soares, Froëhlich e Marques (2007), os familiares atingidos por barragens são, muitas vezes, agricultores com menor poder aquisitivo e acabam sofrendo com as mudanças a que são submetidos, excedendo a sua capacidade de resposta à situação em que foram inseridos.

No Rio Grande do Sul, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2012), existem 8 (oito) reassentamentos que se concentram nas regiões Nordeste, Central e Noroeste do estado, todas construídas a partir da década de 1990.

Na década de 1980, as construções das barragens Maia Filho, no Salto do Jacuí, Ernestina em Passo Fundo, Usina Hidrelétrica Dona Francisca, no município de Nova Palma, marcam o destino de vários agricultores que moravam nas regiões próximas ao Rio Jacuí, região Noroeste do Rio Grande do Sul. Segundo Rossato (1988), com a construção da Usina Hidrelétrica do Passo Real, grande parte dos produtores da região foi atingida em seus aspectos econômico, social e geográfico. O sistema produtivo foi afetado e muitos moradores migraram de seus locais de origem.

Zamberlam (1998, p. 59) relata o depoimento de um agricultor.

Lágrimas e desespero tomaram conta de nossas famílias que perderam tudo o que construíram na vida inteira. Famílias separadas, sem saber se um dia teriam novo reencontro. Restos de entes queridos debaixo da terra ficariam cobertos pelas águas. Guardo no meu coração a imagem abatida do Padre Paulo Bortolini que tentava, no desespero das famílias, apoiá-las, mas ao mesmo tempo não sabia o que fazer. A tensão foi tanta que durante a retirada das famílias, ele teve um derrame, falecendo em 17 de setembro de 1970.

Com este estudo, tem-se a preocupação de construir conhecimentos dos aspectos e das diferenças dos atores que estão inseridos no meio rural, tendo como *locus* de pesquisa os reassentados pelo MAB. Neste caso, de forma mais específica, um reassentamento localizado na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, onde a agricultura é a base principal de sua atividade econômica, com evidente predominância da produção da cultura da

soja, tanto para os assentados quanto para os grandes, médios e pequenos produtores de áreas.

1.1 Problema de pesquisa

As formas unilaterais das decisões tomadas na política energética brasileira ocasionaram a muitas famílias ficarem sem as terras, meios de produção e perspectivas de vida. É o caso da construção da Barragem Dona Francisca, que teve início a sua concessão no ano de 1998 e sua entrada oficial, em cena, ocorreu no ano de 2000, estando localizada na Sub-bacia do Alto Jacuí, nos municípios de Agudo e Nova Palma, no Estado do Rio Grande do Sul.

No ano de 2001 foi contratado um estudo com o objetivo de realizar um diagnóstico das famílias reassentadas em função do deslocamento provocado pela Barragem Dona Francisca. A pesquisa identificou famílias adaptadas à nova realidade, famílias com dificuldade de adaptação e famílias vulneráveis. Segundo o diagnóstico, as famílias classificadas como vulneráveis são “incapazes de se desenvolverem na nova propriedade e de garantir a subsistência familiar, situação que provavelmente levará ao abandono da gleba e ao agravamento das condições de sobrevivência de seus membros”. (MAB, 2014).

Assim, o problema de pesquisa que norteia este trabalho consiste em investigar: **Que configurações e transformações socioeconômicas e culturais se processaram nas vivências dos agricultores rurais de um reassentamento localizado no município de Tupanciretã, RS, idealizado pelo MAB?**

1.2 Objetivo Geral

Analisar as transformações socioeconômicas e culturais dos agricultores familiares em um reassentamento organizado pelo MAB, atingidos pela Barragem Dona Francisca.

1.3 Objetivos específicos:

- Caracterizar o reassentamento e a região estudados;

- Descrever as estratégias de desenvolvimento dos reassentados frente ao cenário que se depararam na região se comparados ao anterior, antes da migração;
- Identificar as transformações na organização social, econômica e cultural dos agricultores reassentados nessa comunidade;
- Identificar possíveis dificuldades que enfrentam para o desenvolvimento de suas atividades no meio rural e que estratégias poderiam ser incentivadas para fortalecer o desenvolvimento desse reassentamento.

1.4 Justificativa

A presente pesquisa justifica-se pela finalidade é a de levantar e registrar dados acerca das transformações na organização social, econômica e cultural dos agricultores reassentados em comunidade organizada pelo MAB a partir das desapropriações e indenizações das populações atingidas por barragens. A fim de fomentar novas estratégias que poderiam ser incentivadas para fortalecer o desenvolvimento dessa comunidade de reassentados no Rio Grande do Sul, que nas características, funcionamento, dificuldades e desafios não se diferenciam de outras realidades de assentamentos e reassentamentos em outros estados brasileiros.

Como parte da dissertação de mestrado em desenvolvimento rural, buscou-se oportunizar a compreensão de um fenômeno visto até mesmo a breve observação, pois a evasão do meio rural por famílias assentadas e reassentadas toma dimensões alarmantes em regiões de campo no Rio Grande do Sul. Com este estudo, tem-se a preocupação de construir conhecimento dos aspectos e das diferenças dos atores que estão inseridos no meio rural, tendo como *locus* de pesquisa os migrantes do Centro-Serra, onde trabalhavam com roça de produção de alimentos e estabeleceram-se em região de campo após o ano de 1999, através do Movimento de Atingidos por Barragens - MAB.

2 RECURSOS METODOLÓGICOS

2.1 Caracterização do método de estudo

A metodologia utilizada foi estudo de caso qualitativo, sendo feitas treze entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares em um reassentamento organizado pelo MAB e atingidos pela construção da Barragem Dona Francisca, no Estado do Rio Grande do Sul. Optou-se por omitir o nome e localização do reassentamento, a pedido dos entrevistados.

Como critério de seleção, buscaram-se na comunidade estudada famílias moradoras neste núcleo de colonização, desde que tivessem o Termo de Posse (documento de ocupação) de um lote de terras de 18 hectares. Em cada propriedade rural os entrevistados relataram suas experiências seguindo o roteiro de entrevista. A realização das entrevistas compreendeu o período de julho a outubro de 2016.

A pesquisa está delineada como descritiva e estudo de caso. Segundo Gil (2008), uma das peculiaridades da pesquisa descritiva é que esta procura descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Já o estudo de caso qualitativo, que segundo Minayo (2000, p. 134) é relevante para ciência, pois busca:

(a) compreender os valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos; (b) para compreender as relações que se dão entre atores sociais tanto no âmbito das instituições como dos movimentos sociais; (c) para avaliação das políticas públicas e sociais tanto do ponto de vista de uma formação, aplicação técnica, como dos usuários a quem se destina.

Um questionário semiestruturado (Apêndice A) foi utilizado como ferramenta para coleta de dados de campo. As entrevistas foram individuais, com perguntas abertas e fechadas para melhor se adequarem aos propósitos do estudo.

2.2 Área de abrangência do público-alvo da pesquisa

De acordo com Marques (2005), quando construída a Barragem Dona Francisca todas as famílias atingidas pela construção da hidrelétrica foram incluídas em algum tipo de reassentamento. 82 famílias foram reassentadas em áreas individuais (até 20 hectares cada área) em municípios da região da hidrelétrica. Por outro lado, 50 famílias foram reassentadas em áreas remanescentes, adquiridas durante o processo de desapropriação e que tinham condições de acesso e de cultivo.

Formado no ano de 2000, o reassentamento *locus* deste estudo tem uma área de 749,06 hectares, sendo que na sua formação residiam 38 agricultores reassentados pelo MAB atingidos pela Barragem Dona Francisca. Após iniciar a pesquisa de campo, percebeu-se que atualmente (2016) residem no Reassentamento apenas 13 (treze) famílias de agricultores reassentados.

A escolha desse reassentamento foi por acessibilidade e familiaridade com o tema estudado, e porque os agricultores estavam dispostos a participar da pesquisa.

A primeira entrevista foi intencionalmente na família residente no lote nº 1 do reassentamento e as demais entrevistas foram se organizando ao longo de cada ida ao reassentamento, pré-agendadas e sem rígido planejamento, respeitando a disponibilidade de horários dos entrevistados, em diferentes turnos, manhã, tarde e noite. O tempo de cada entrevista variou de 08 minutos a 42 minutos, mas sempre permanecendo com a família de agricultores por mais de 60 minutos. Assim, as entrevistas foram feitas aleatoriamente, dependendo da disponibilidade do entrevistado em tempo e aceitação e foram incontáveis as idas ao reassentamento. Aconteceu, inclusive, de numa tarde ensolarada conhecer toda a realidade de uma propriedade rural, conversar, responder e escutar muitas informações importantíssimas, mas na entrevista gravada obter respostas monossilábicas. Isso fez com que aumentasse o número de visitas ao reassentamento e também que se registrassem as entrevistas na folha/papel roteiro com o máximo de detalhes possível e durante as entrevistas gravadas. Dos

entrevistados, doze foram com entrevistas gravadas e um deles com entrevista escrita.

Quando convidados para participar das entrevistas, os agricultores familiares eram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e recebiam uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

2.3 Procedimentos de análise de dados

As entrevistas foram realizadas de forma individual, após a devida autorização do agricultor, e posteriormente transcritas. As entrevistas não se resumiram a um trabalho de coleta de dados, mas sempre houve uma situação de interação em que as informações dadas pelos sujeitos puderam ser afetadas pela natureza de suas relações com o pesquisador, no caso o entrevistador (MINAYO, 2000). A análise dos dados qualitativos foi realizada pelo método de análise de conteúdo, dessa forma prevê-se uma pré-análise, a exploração, a inferência e a interpretação dos dados coletados. Este método de análise objetiva classificar palavras, frases, ou mesmo parágrafos em categorias de conteúdo, comparando as respostas. Segundo Ribeiro e Nodari (2001), a estratégia é tratar os dados descritivos como fato, ou seja, que os dados falem por si mesmos. Os próprios informantes apresentam o relato, preservando cada palavra originalmente falada pelo entrevistador e pelo entrevistado. A descrição dos dados da pesquisa apresenta extratos retirados diretamente das anotações originais.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A questão agrária torna-se ponto de discussão acadêmica e política no Brasil, principalmente a partir do final da década de 1950, e tem como pano de fundo a crítica à economia brasileira do período colonial e do modelo agrário exportador. Após a modernização agrícola, a discussão permeia como questão populacional (as causas da pobreza rural e o êxodo rural), sendo o ponto central nesse debate. Pode-se dizer que em todos os períodos a questão fundiária e o acesso à terra estão presentes em todos os debates. Mais recentemente (1990) é que o desenvolvimento rural torna-se pauta desta discussão.

Para tratar sobre a questão agrária brasileira, este estudo será apresentado levando em consideração dois pontos apontados aqui como relevantes: o seu processo histórico e a discussão acadêmica deste processo.

3.1 A questão agrária no Brasil: aspectos históricos de formação

Pode-se dizer que o Brasil nasce como elo colonial inserido no modelo de produção capitalista. Assim, a inserção da economia brasileira na economia mundial desde a época Colonial (1500- 1822), passando pelo período Imperial (1822 – 1889) até a República Velha (1889 – 1930) firma-se como uma economia agrário-exportadora, baseada no mercado externo através de ciclos econômicos produtivos.

Santos e Silveira (2001) sintetizam um pouco do que foi a economia e a sociedade brasileira durante a sua formação. Segundo os autores, a escravidão e a dominação contam a história colonial do território brasileiro. O trabalho de muitos fez o território brasileiro um lugar para poucos. Por muito tempo o domínio sobre os homens era condição para o domínio sobre o território e seus recursos. Homens, plantas e animais de três continentes, sob o império dos europeus, encontraram-se no seu convívio obrigatório, criaram uma nova geografia nessa porção do planeta.

Os ciclos produtivos, segundo Gremaud (2002), podem ser definidos

como o período em que determinado produto, beneficiado da conjuntura favorável do momento, se constitui no centro dinâmico da economia, atraindo as forças econômicas, capital e mão de obra, e provocando mudanças em todos os outros principais setores da sociedade, como na criação de novas atividades, no uso de equipamentos, na distribuição das rendas, na constituição das classes sociais ou frações de classe, com o declínio de umas e a ascensão de outras.

No Brasil, o primeiro produto que fez parte dos ciclos produtivos foi o pau-brasil, baseado no extrativismo. O segundo produto foi o açúcar, produzido em grandes fazendas com o uso do trabalho escravo, principalmente próximo à úmida zona litorânea do Nordeste brasileiro, conhecida como a Zona da Mata. Para Furtado (1988), no início do século XVII o Brasil havia se tornado o principal fornecedor de açúcar do mundo. À medida que o século XVII foi chegando ao fim, a atividade exportadora começou a enfraquecer.

O próximo ciclo foi o da mineração. O ouro e a prata foram encontrados principalmente nos estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso. Para Baer (1996), uma nova arrancada no crescimento econômico brasileiro foi iniciada em 1690, com a descoberta de ouro na região onde hoje é o Estado de Minas Gerais. A produção de ouro cresceu continuamente entre 1690 e 1760 (havia também alguma produção de diamantes, embora em menor escala). O Brasil foi responsável por metade da produção mundial de ouro no século XVIII. Para Gremaud (2002), o ciclo de exportação do ouro mudou o centro de atividade econômica do Brasil para o Centro-Sul e migrantes chegavam de todas as partes do país. O ciclo do ouro terminou no final do século XVIII, quando a maioria das minas economicamente viáveis havia se esgotado.

Paralelamente a isso, no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, surge o gado oriundo das missões jesuíticas, dando-se o início da produção de couro e charque. A interiorização ocorreu por povoamento, de um lado devido à mineração e, de outro, pela produção de gado nas fazendas, que é corroborado por Filho, Reichert e Schumacher (2012, p. 04):

Com o crescimento da mineração no Brasil, especialmente em Minas Gerais, o preço do gado aumentou e levou os paulistas a buscar animais no extremo sul do país. Os ganhos econômicos advindos da venda dos animais despertaram o interesse de Portugal pela região e motivou a luta contra os espanhóis da Bacia do Prata.

Com menos intensidade ocorreram os ciclos do algodão e o da borracha. O primeiro na segunda metade do século XVIII, e o segundo entre 1870 e 1919, constituindo uma importante atividade exportadora, principalmente com a difusão do automóvel. Para Baer (1996), em 1895 formaram-se fazendas na Ásia e, em 1899, aparecia a primeira borracha asiática no mercado mundial, o que diminuiu a intensidade da produção no Brasil e o ciclo da borracha.

Para Furtado (1988), no final do século XIX surgiram excepcionais condições para a produção do café, fato que levou à superprodução e necessidade de políticas de valorização da produção. Para Souza (2008), nas três primeiras décadas do século XX o eixo da economia brasileira passou a ser a produção e a exportação do café. Reproduzia-se com a República a economia agroexportadora que caracterizara o Brasil desde sua origem colonial. E, nessa economia, cabia aos bancos ingleses aportar os recursos financeiros para a produção, transporte e comercialização do café e aos industriais ingleses fornecer produtos manufaturados para o Brasil. Sobre a manutenção da rentabilidade da economia cafeeira, Gremaud (2002) enfatizou que os recursos convergem para esta atividade, levando à superprodução. Assim, em 1930, dois elementos se conjugaram: a produção nacional era enorme e a economia mundial entrou numa das maiores crises de sua história. Os preços despencaram e o governo passou a queimar parte dos estoques.

Assim, a Grande Depressão e a Quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1930 favoreceram a crise no setor cafeeiro e no setor agrícola, considerado até então o setor dinâmico da economia brasileira. Além disso, o alto peso do setor externo na economia, sendo a exportação e os ciclos produtivos as variáveis quase que exclusivas determinantes da renda e de seu dinamismo, trazem à tona a necessidade de rever o modelo econômico brasileiro vigente na época.

Nesse período é que ocorre o deslocamento do centro dinâmico agrário exportador para o setor urbano-industrial, via processo de substituição de importações. Para Souza (2008), a transição definitiva de uma economia agroexportadora para uma economia urbano-industrial tornou-se a característica principal desse novo período. Esse período, do ponto de vista ideológico, passou a ser conhecido como nacional-desenvolvimentista.

Souza (2008) sintetiza a vulnerabilidade de uma economia

agroexportadora:

A primeira contradição decorre da vulnerabilidade característica de um modelo que, além de depender da exportação de praticamente um único produto primário, ainda se subordina à lógica do financiamento externo e do abastecimento do mercado interno por produtos industriais importados. Diante de qualquer crise mundial, uma economia com essas características tende a ser fortemente impactada. (SOUZA, 2008, p. 03)

Santos e Silveira (2001), ao abordar o território e sociedade no início do século XXI, enfatizam que a Segunda Guerra Mundial mostrava as enormes dificuldades que a ausência de uma rede nacional de transportes acarretava para um país de dimensões continentais como o Brasil. A ideologia do consumo, do crescimento e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das ideias que iriam guiar a reconstrução ou a recomendação dos espaços nacionais, juntamente com a da economia, da sociedade e, portanto, da política. O caminho da integração do território e da economia apontado para todos os países era tanto mais facilitado e tanto mais rápido quanto maior o número de opções a atingir e organizar.

Assim, foram a indústria de base e o mercado interno os pilares da industrialização do Brasil e que alavancaram o crescimento da economia durante o início do século XXI. Estes fatos favoreceram a implantação e a produção de bens de capital e insumos para agricultura, como máquinas, equipamentos e produtos químicos.

Segundo Delgado (1965) e Muller (1989), a industrialização deu passagem do Complexo Rural para o Complexo Agroindustrial, o que pode ser caracterizado pela intensificação das trocas setoriais, pela divisão do trabalho especializado, pela produção de insumos industriais para agricultura, que passa a ser um ramo de aplicação do capital financeiro. Para Silva (1980, p. 06), “essa industrialização da agricultura é exatamente o que se chama comumente de penetração ou desenvolvimento do capitalismo no campo”.

Para os autores Goodman, Sorj e Wilkinson (1990), a produção agrícola passa a ser cada vez mais substituída por atividades industriais, como por exemplo, trator, produtos químicos, o que denominam os autores de apropriação e substitucionismo, constituindo a industrialização da agricultura e a substituição da base agrícola natural. Se as terras não são férteis, aduba-se, se ocorrem pragas, utilizam-se inseticidas, se não chove,

irriga-se, se chover demais, drena-se. Assim, pode-se dizer que a quimificação e mecanização foram os pilares da agricultura moderna.

A industrialização e consequente modernização da agricultura, que ocorreu no Brasil de forma mais intensa a partir da década de 1960, se deve a um arcabouço institucional estatal criado para esta finalidade. Um destes aparatos foi o Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR criado em 1965 e que objetivava a modernização da agricultura, através da aquisição de máquinas e equipamentos e a utilização de insumos e fertilizantes pelos agricultores. A pesquisa e a extensão rural pública também faziam parte deste tripé para modernização agrícola no Brasil. Para Delgado (1965), este direcionamento para o maciço investimento na industrialização e modernização da agricultura coincide com o período de forte aumento da população urbana no país e, conseqüentemente, com o crescimento da procura por produtos agrícolas.

Assim, a modernização da agricultura ocorreu sob diferentes justificativas, sendo o aumento da produção de alimentos a principal delas. Neste contexto, a agricultura deveria cumprir algumas funções que contribuiriam para as mudanças do centro dinâmico da economia, pois nos anos de 1960 o debate centrava-se no fato da agricultura impedir o desenvolvimento econômico brasileiro. Segundo Gremaud (2002), num processo de desenvolvimento da economia brasileira, a agricultura estaria cumprindo uma de suas funções, que seria a de enviar pessoas para a cidade a fim de aumentar o volume de mão de obra e, conseqüentemente, diminuir os custos industriais e os preços ao consumidor. Além disso, criar um mercado consumidor para a indústria e gerar divisas.

No entanto, produtos considerados mais dinâmicos, ou de exportação, eram os que recebiam mais incentivos. Para Santos e Silveira (2001), os estabelecimentos agrícolas que não puderam adotar as novas possibilidades técnicas, financeiras ou organizacionais e tornaram-se mais vulneráveis às oscilações de preço, crédito e demanda e às novas formas organizacionais de trabalho, foram excluídos deste sistema econômico.

Toda essa desigualdade, associada à estrutura da propriedade da terra, ao povoamento e à colonização fundiária na formação do Brasil, foram responsáveis pela pobreza e pelo abandono do campo. Apesar da industrialização, ou por causa dela, ocorreram grandes disparidades regionais,

desigualdades de renda que podem ser verificadas pela nítida separação do território brasileiro, o que provocou discussões acadêmicas sobre o que vem sendo denominado de questão agrária brasileira.

No Brasil, segundo Soto (2002, p. 40), o tema da questão agrária inclui

[...] a questão do desaparecimento do campesinato, a importância econômica da pequena produção e os mecanismos de reprodução e de subordinação dos pequenos produtores. Este é um dos temas que mais tem provocado a curiosidade intelectual dos estudiosos brasileiros, gerando investimentos significativos, tanto teóricos como empíricos.

Dentro deste contexto de modernização agrícola, muitos produtores foram excluídos desse processo. Segundo Dupas (1986), a exclusão social pode significar desde estar excluído da possibilidade de garantir a sobrevivência física até um sentimento subjetivo de ressentimento por não desfrutar de bens, capacidades ou oportunidades que outros indivíduos desfrutam.

Assim, a questão agrária nos anos de 1950 e 1960 esteve relacionada à estrutura da propriedade da terra. Por um lado, a discussão sobre a necessidade de uma reforma agrária que assegurasse a propriedade para os agricultores e, por outro, a modernização da agricultura como forma de elevar as condições econômicas dos agricultores. No Brasil, a segunda opção foi a eleita e a incessante busca pela produção e produtividade geraram impactos ao ambiente natural, social e econômico. Todas estas transformações, como desemprego, pobreza e problemas sociais, tiveram consequências em todo o território brasileiro, tanto em áreas urbanas como rurais.

Para Silva (1980, p. 04), já no final dos anos 1950 e início de 1960 a discussão sobre a questão agrária fazia parte da polêmica sobre os rumos que deveria seguir a industrialização brasileira. “Argumentava-se então que a agricultura brasileira - devido ao seu atraso - seria um empecilho ao desenvolvimento econômico, entendido como sinônimo da industrialização do país”.

Segundo o autor, não há um ressurgimento da questão agrária nesse período, pois esta não tinha sido resolvida anteriormente.

O "ressurgimento da questão agrária", pois ela não foi resolvida anteriormente. De um lado, ela havia sido esquecida ou deixara de ser um tema da moda da grande imprensa. Do outro lado - da parte daqueles que não a podiam esquecer, porque a questão agrária faz parte da sua vida diária, os trabalhadores rurais-ela fora silenciada.

Para isso foi necessário fechar sindicatos, prender e matar líderes camponeses, além de outra série de violências que todos conhecem ou pelo menos imaginam. (SILVA, 1980, p. 04)

Kageyama (1993, p. 28) resume a ideia dos autores considerados clássicos na interpretação da questão agrária no Brasil até 1950, e afirma que à questão agrária, neste período, dá-se o nome de população, “seja sob a forma de um excedente estrutural de mão de obra (população sobrando de Ignácio Rangel), seja sob formas extorsivas de exploração do trabalho (Alberto Passos Guimarães), ou sob o sistema de baixos salários e desamparo legal (Caio Prado Júnior e Celso Furtado)”.

A interpretação dualista de Rangel (1961) permeia a discussão em torno dos complexos rurais da economia brasileira, que em países subdesenvolvidos fazem com que a agricultura cumpra as funções do setor primário, secundário e terciário da economia. Rangel via uma coexistência de traços arcaicos e modernos (dualidade na agricultura), sendo que um dos problemas agrários era a geração de um excedente populacional gerado pela industrialização da agricultura, desde o início dos anos sessenta, ligada a uma liberação excessiva de população rural. Eram milhares de expulsos do campo e que não conseguiam encontrar trabalho produtivo nas cidades, e a consequência eram os crescentes índices de migrações e subemprego.

Corroborando Rangel, Guimaraes (1977), representante da corrente feudalista, acreditava que existiam restos feudais na agricultura brasileira durante a década de 1950 e caracterizava essa agricultura como arcaica. Defendia uma ampla reforma agrária para terminar como o latifúndio e que permitisse aos pequenos agricultores o acesso à propriedade da terra. Percebia no Brasil a existência de duas agriculturas, a agricultura de exportação, baseada na propriedade latifundiária e a agricultura de subsistência, baseada na propriedade capitalista e na propriedade camponesa.

Já a abordagem defendida por Caio Prado Junior (1979) era de que o Brasil desenvolvia-se com características de concentração próprias do processo capitalista. Não propunha reforma agrária, mas a elevação da qualidade de vida dos trabalhadores rurais via legislação trabalhista. Juntamente com a tese Cepalina, “acreditava que havia uma insuficiência de oferta de produtos devido a problemas estruturais da agricultura brasileira”, a

causa, o elevado índice de concentração fundiária e os baixos padrões de vida da população trabalhadora rural. Segundo Prado Junior (1979, p. 65), “Isso ocorre, sobretudo, nos momentos de alta de preços dos produtos da grande lavoura, quando as atividades e as atenções se voltam inteiramente para ela, e as culturas alimentares de subsistência ficam mais desleixadas”.

A corrente estruturalista cepalina representada por Celso Furtado, membro da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal, acreditava que a agricultura era responsável pelos problemas estruturais do desenvolvimento econômico brasileiro.

Controlar o acesso à terra é poder definir essas relações. Contudo, a pressão que um sistema de dominação social pode exercer sobre uma população rural, a fim de extrair um excedente, encontra limites que são definidos pelo contexto cultural e pelas situações históricas. O custo de reprodução da população é inicialmente a expressão desses limites. (FURTADO, 2000, p. 86).

A abordagem que estuda a questão agrária sob um enfoque da consequência do período modernizante da agricultura brasileira ganhou notoriedade no período após a Revolução Verde.

Paiva (1970) analisou as consequências sociais da modernização, como a intensificação da pobreza e a diminuição de postos de trabalho no meio rural, ocasionados pela falta de conhecimentos técnicos, de recursos materiais dos agricultores, de estrutura fundiária, de mecanismos adequados à comercialização e a adoção de intervenções públicas que prejudicam o setor agrícola, impedindo o livre funcionamento do mercado e dos fatores de produção. Na análise de Baiardi (1996, p. 67), “o que se deve discutir, é a lógica da concentração-exclusão, que tem levado a que parte da população rural permaneça no campo à margem da modernização ou venha compor o subproletariado urbano”.

Todo este contexto de discussão e debate que permeou as consequências da modernização agrícola e a questão agrária teve um período de interrupção durante os governos militares (1964-1984) e na década de 1980, período este marcado por problemas macroeconômicos, principalmente a inflação.

No início da década de 1990, vêm à tona novamente as discussões acerca do papel a ser desempenhado pela agricultura, e o contexto envolvendo o meio rural e da economia brasileira adquirem outra dimensão. Faz parte

deste contexto e discussão a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, em 1996 e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento do meio rural.

Assim, nos anos de 1990 percebe-se no Brasil uma mudança no debate acadêmico e político sobre a questão agrária. Segundo Wanderley (2003), ocorre o surgimento de uma nova ruralidade, e junto desta, o debate sobre a agricultura familiar, inicialmente no campo político e, posteriormente, no acadêmico. Segundo Schneider (2007), os fatores que contribuíram para reorientar a discussão sobre a questão agrária e sobre o desenvolvimento rural no Brasil são os debates sobre agricultura familiar, a demanda social por reforma agrária, o fortalecimento das políticas públicas, as transformações sociais e políticas e a entrada em cena da sustentabilidade.

Junto com a discussão sobre o desenvolvimento rural, surge a necessidade de se estudar os atores inseridos neste debate. Van der Ploeg (2000) enfoca que o desenvolvimento rural é visto como um processo multinível, de multiatores, multifacetado, de refundamentação e de reorientação. Neste contexto, os agricultores familiares possuem, ainda, uma identidade territorial formada em bases materiais/objetivas e imateriais/subjetivas, constituída a partir das relações estabelecidas.

As abordagens teóricas recentes sobre o tema agrário levam em consideração os aspectos qualitativos (territoriais, ambientais, culturais e sociais) do desenvolvimento, e revelam uma discussão que vai além da atividade agrícola. Segundo Kageyama (2008), entre as exigências do desenvolvimento rural estão a oferta de empregos para a população rural, a segurança alimentar e a garantia de qualidade dos produtos, bem como a proteção ambiental. O rural, não como espaço geográfico, mas como construção social.

Pelo exposto, pode-se dizer que não existe uma separação entre questão agrária e questão agrícola. Para Silva (1980), essa separação é apenas um recurso analítico.

Evidente que na realidade objetiva dos fatos não se pode separar as coisas em compartimentos estanques, ou seja, a questão agrária está presente nas crises agrícolas, da mesma maneira que a questão agrícola tem suas raízes na crise agrária. Portanto, é possível verificar que a crise agrícola e a crise agrária, além de internamente

relacionadas, muitas vezes ocorrem simultaneamente. Mas o importante é que isso não é sempre necessário. Pelo contrário muitas vezes a maneira pela qual se resolve a questão agrícola pode servir para agravar a questão agrária. Em poucas palavras, a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças da produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária esta ligada às transformações nas relações sociais e trabalhistas produção: como se produz, de que forma se produz. [...] No equacionamento da questão agrícola as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os principais indicadores da questão agrária são outros: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; Qualidade de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a progressividade das pessoas ocupadas no campo, etc. (SILVA, 1980, p. 05)

Para compreender a questão agrária, há que se preocupar com as relações do meio rural com a sociedade como um todo, com as instituições, o mercado, a estrutura da propriedade, os conflitos sociais. E, principalmente, nas suas causas e conseqüências tanto para o meio rural quanto para o urbano. Assim, a questão agrária se insere em uma série de outras questões, como a questão agrícola, a ambiental, indígena, quilombola, a questão urbana e a questão das desigualdades regionais. Ou seja, a questão agrária permeia uma série de problemas fundamentais da sociedade brasileira. No entanto, todas elas têm a ver com o caráter fundiário e como se desenvolveu o capitalismo agrícola no Brasil.

3.2 A questão fundiária intrínseca na questão agrária

De acordo com o IBGE (1996), em 1960, 44,62% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil tinham menos de 10 ha e ocupavam 2,23% da área. Por outro lado, 0,98% das propriedades com mais de 1000 ha representavam 47,92% da superfície total.

No último Censo Agropecuário realizado no Brasil em 2006 pelo IBGE, esta realidade não é diferente. O grau de desigualdade fundiária no território brasileiro, entre os anos de 1960 a 2006, permaneceu praticamente inalterado. O índice de Gini registrado para 2006 foi de 0,856, não muito diferente do mesmo índice para os anos 1995, 1985 e 1960 que foram, respectivamente, 0,857, 0,858 e 0,855. A concentração da propriedade rural manteve-se praticamente inalterada. Em 2006, dos 5,17 milhões de estabelecimentos existentes, 84,4 % (4,36 milhões) eram da agricultura familiar e que ocupava

uma área de 80,25 milhões de hectares, ou 24,3% da área ocupada. Os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem somente 15,6% dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área produzida no Brasil. Este cenário se traduz em um contexto de concentração fundiária, logo numa questão fundiária.

De acordo com Galvão (2006, p. 04 e 05), esta questão fundiária tem origens no sistema de distribuição da terra no Brasil.

[...] são encontradas no regime de sesmarias da era colonial. É largamente aceito na literatura que a generosidade com que as concessões de terra realizadas por Portugal nos mais de três séculos de dominação lusa, juntamente com a constante preocupação da Coroa portuguesa de ligar o Brasil às correntes do comércio internacional, foi responsável pela emergência do processo de apropriação privada de imensos tratos de solo agrícola em terras brasileiras e, conseqüentemente, pela exclusão social de uma vasta e majoritária parcela da população brasileira que ingressou na era moderna do desenvolvimento nacional na condição de posseiros, sítiantes, moradores ou agregados à grande propriedade

A partir de 1850, a questão fundiária se acentua, pois com a Lei das Terras o título da propriedade da terra passa a ser comprado. Para Dupas (1986), a Lei das Terras, longe de ter por objetivo a liberalização do acesso à terra, visou justamente ao contrário: instituir bloqueios ao acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força de trabalho das grandes fazendas. Ao contrário do extinto regime de sesmarias, o novo regime retirava do direito de propriedade a copropriedade do Estado.

Para Silva (1980), o período que vai da proibição do tráfico e da Lei de Terras até a abolição (1850/1888) marca a decadência do sistema latifundiário-escravista.

A Lei de Terras, como ficaria conhecida que rezava que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e venda, e que o governo destinaria os rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa. Matavam-se, assim, dois coelhos com uma só cajadada. De um lado, restringia-se o acesso às terras (devolutas ou não) apenas àqueles que tivessem dinheiro para Comprá-las. De outro, criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista fácil entender a importância da lei de Terras de 1850 para a constituição do mercado de trabalho. Enquanto a mão-de-obra era escrava, o latifúndio podia até conviver com terras de "acesso relativamente livre" (entre aspas porque a propriedade dos escravos e de outros meios de produção aparecia como condição necessária para alguém usufruir a posse dessas terras). Mas quando a mão de obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser

escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer que se houvesse homem “livre” com terra “livre”, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios. (SILVA, 1980, p. 10)

Para Stedile (2013), em toda a sua história a sociedade brasileira enfrenta, no meio rural, problemas fundiários de natureza distinta, que precisam de soluções diferenciadas.

Há na sociedade brasileira uma estrutura de propriedade da terra, de produção e de renda no meio rural hegemônica pelo modelo do agronegócio que está criando problemas estruturais gravíssimos para o futuro. Vejamos: 85% de todas as melhores terras do Brasil são utilizadas apenas para soja/ milho; pasto, e cana-de-açúcar. Apenas 10% dos proprietários rurais, os fazendeiros que possuem áreas acima de 500 hectares, controlam 85% de todo o valor da produção agropecuária, destinando-a, sem nenhum valor agregado, para a exportação. [...] No atual estágio do capitalismo, reforma agrária é a construção de um novo modelo de produção na agricultura brasileira. Que comece pela necessária democratização da propriedade da terra e que reorganize a produção agrícola com outros parâmetros. (STEDILE, 2013, p.01)

Para Martins (1999), essas questões fundiárias podem ser explicadas pela aliança entre o capital e a propriedade da terra no Brasil, denominada por ele como uma aliança do atraso, percebendo a intervenção militar na questão agrária como uma aliança entre o capital e a terra. O Golpe de 1964 e a forma assumida pela reforma agrária proposta pelos militares inserem-se claramente nesse quadro de impasses históricos e institucionais.

O regime militar procurou classificar usos e extensões de propriedade de modo a formular um conceito operacional de latifúndio e estabelecer, portanto, uma distinção entre terras desapropriáveis e terras não desapropriáveis. Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que o preço da terra é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital, no modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais. (MARTINS, 1999, p. 78 e 79)

Ainda segundo Martins (1999), os militares durante seus governos se propuseram a legalizar para cada posseiro inicialmente uma área equivalente a um módulo rural regional estabelecido no Estatuto da Terra e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Mais tarde, tentaram reduzir a área concedida a cada um, o que gerou reações. O objetivo, basicamente, era o de assegurar a posse pacífica dos grandes proprietários, eliminando focos de tensão no interior das terras que alegavam serem suas. Era notório que o novo regime teria que se defrontar com a pressão das populações rurais e sua demanda reprimida por um programa redistributivo de

terras. A aliança estruturalmente básica entre o capital e terra promovida pelos militares debilitou a eficácia dos movimentos sociais que poderiam reivindicar a ampliação de direitos sociais em favor das populações pobres, especialmente o campo.

Segundo Soto (2002), a reforma agrária como solução para a questão fundiária é outro tema recorrente nos debates dos cientistas sociais. Autores, como Graziano Netto e Geraldo Muller, questionaram a pertinência de uma reforma agrária no Brasil, pois o capitalismo se desenvolveu no campo mesmo sem realizar uma reforma agrária. Assim sendo, a reforma agrária perdeu, segundo os autores, seu sentido econômico e não pode ser vista como uma política ou um programa social que beneficie as vítimas da modernização da agricultura.

Para Muller (1994)

Uma formidável máquina agrária, que produz muito, de tudo e com elevada produtividade, sendo capaz de produzir muito mais sem incorporar mais gente, seja como mão-de-obra, seja como proprietário. Nesse sentido, não há porque distribuir terra e produzir novos proprietários agrários. O fundamental para elevar, diversificar e qualificar mais o excedente agrário não reside em incorporar mais gente nem mais terra ao processo produtivo, mas sim, em dispor de um padrão financeiro que permita intensificar a exploração do trabalho e da terra e a incorporação de progresso técnico. (p. 235 e 236)

Já Graziano Netto (1994) ressalta que não há disponibilidade de terras para reforma agrária no Brasil, principalmente nos estados do Centro e do Sul do país.

[...] primeiro, inexistente farta disponibilidade de terras ociosas para programas de redistribuição agrária no Brasil. Segundo, mesmo que houvesse abundância de terras, não haveriam tantos interessados nos lotes. Terceiro, mesmo com terras ociosas e pretendentes certos, um programa dessa natureza não teria a eficácia desejada, deixando insolúvel o problema da miséria no país. [...] em quase todo o Centro-Sul do País, a distribuição de terras visa desapropriação de latifúndios improdutivos certamente terá pequena eficácia numa política fundiária consequente (p. 251)

De acordo com Miralha (2006, p. 12), “pode-se afirmar que não se tem realizado reforma agrária no Brasil, mas sim, uma política de distribuição de terras com pouca preocupação quanto ao futuro assentado na terra”.

Ainda de acordo com o autor, “Um projeto de reforma agrária hoje para realmente ser viável e promover uma dinamização do espaço rural tem que ser

concebido a partir de uma visão de desenvolvimento territorial considerando o capital social dos territórios”. (MIRALHA, 2006, P. 16).

Uma das questões ligadas à questão agrária e no debate atual do desenvolvimento rural é o estudo dos atores sociais e seus territórios, conforme será discutido a seguir.

3.3 O processo de territorialização dos atingidos por barragens

Pelo que se verificou até aqui, pode-se dizer que a reforma agrária é um sistema (financiado pelo governo) que objetiva fazer uma divisão de terras, desapropriando propriedades improdutivas e distribuindo-as a famílias que desejam produzir e não têm terras para tal. Os agricultores que recebem essas áreas são considerados assentados de Reforma Agrária. O órgão responsável por essa tramitação no Brasil é o INCRA.

No entanto, existe outro tipo de assentado, que não por luta ou por reivindicação se vê obrigado a sair de sua rotina de atividade produtiva para conviver com outras realidades não antes vistas por ele. É o caso dos agricultores atingidos por barragens.

Segundo o INCRA (2016), considera-se assentamento rural um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo próprio INCRA e onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Estes locais são denominados de lotes, e são entregues a famílias sem condições econômicas.

O tamanho e a localização de cada lote é determinado pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece. A aquisição de terras para a reforma agrária pode ser feita de diversas maneiras. A mais utilizada e conhecida é a desapropriação, seguida do processo de compra e venda. Para garantir a permanência das famílias no reassentamento, as ações passam a seguir um planejamento, feito juntamente com a comunidade, chamado de Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). No PDA faz-se um diagnóstico da realidade local e apresentam-se propostas viáveis para desenvolver todos os aspectos da vida do assentado e da comunidade. Além das unidades produtivas e de moradia, o assentamento conta com áreas comunitárias e espaços para construção de igrejas, centros comunitários, sede

de associações e ainda locais de preservação ambiental, cercados e protegidos, escolas, estradas, créditos, assistência técnica, saúde e outros. Algumas dessas ações para o desenvolvimento e consolidação do assentamento são executadas por iniciativa e com recursos do INCRA através de parcerias com os governos locais e outras instituições públicas.

Uma das modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA é o reassentamento de agricultores atingidos por barragens. A implantação é de competência dos empreendedores e o INCRA os reconhece como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Consideram-se atingidos todos os que vivem em áreas alagadas por barragem, sejam eles posseiros, pequenos proprietários, parceiros e arrendatários, agregados, assalariados, médios e grandes produtores, artesãos, comerciantes, etc. A implantação dos reassentamentos é de competência dos empreendedores e o INCRA reconhece como beneficiário do PNRA, quando eles passam a ter direito ao PRONAF e Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES). (INCRA, 2013)

De acordo com dados do MAB (2014, p.01)

Foi no início dos anos de 1980, período político ainda sob a tutela do regime militar, o projeto de construção de mais de 25 barragens no rio Uruguai, entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, gerou duas reações por parte dos atingidos. A primeira foi a dor da perda: dos vizinhos, da casa, do time de futebol da comunidade, da igreja alagada, do jardim cultivado há anos, da terra onde foram criados os filhos e os netos. Todo esse sentimento foi o grande responsável pela ideia da necessidade de se criar uma organização para todos os atingidos da região, a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), que posteriormente foi um dos pilares na nacionalização do movimento, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Para Marques (2005), ao observar o processo de reassentamento em um manual ou plano básico ambiental percebe-se que estes descrevem todo o referido processo de reassentamento, de forma muito simples. No entanto, neste processo de reassentamento são envolvidas famílias inteiras que deverão sair de sua terra, seu território, para dar lugar a um grande empreendimento.

Para Miralha (2006, p. 16 e 17), a implantação de projetos de assentamentos ou reassentamentos rurais está diretamente relacionada à ideia de desenvolvimento territorial, pois conseqüentemente se constituirá em novos atores sociais locais que poderão: “dinamizar o lugar (município) ou região

onde forem instalados, mas depende também dos investimentos em infraestruturas e o fortalecimento do capital social e articulação com o mercado local/regional”.

Embora existam controvérsias em torno do conceito de território, alguns veem como região, outros como poder, segundo Harvey (2005) o domínio do território representa poder social, sendo este um espaço de mediação e regulação. Para Santos e Silveira (2002), a história do território brasileiro é, a um só tempo, uma e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões. Desse modo, a desigualdade, associada à estrutura da propriedade da terra, ao povoamento e à concentração fundiária, foram responsáveis pela pobreza e pelo abandono do campo, ocasionando disparidades regionais, desigualdade de renda, o que se pode verificar pela nítida separação do território brasileiro em quatro Brasis: Sul e Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Amazônia.

Ainda segundo Santos e Silveira (2002), a questão agrária, consequência da modernização agrícola e do desenvolvimento do capitalismo agrário e das inovações técnicas e organizacionais na agricultura, concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O capital comanda o território, e o trabalho, tornado abstrato, representa um papel indireto. Por isso as diferenças regionais passam a ser diferenças sociais e não mais naturais. Ainda segundo os autores

Cada ponto do território moderno é chamado a oferecer aptidões específicas a produção. É uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já ocupadas. Alargam-se os contextos ao mesmo tempo em que as regiões perdem o comando sobre o que nelas acontece, contribuindo para uma verdadeira fragmentação territorial. As novas vocações das regiões são amiúde produtoras de alienação, pela pressão da ordem global sobre as populações locais (SANTOS E SILVEIRA, 2002, p. 46).

Assim, para Raffestin (1993, p. 160) o território ganhou novas definições, pois é reproduzido e organizado por relações sociais de classes e revela os movimentos de dominação e resistência que podem ser conquistados em favor de determinados grupos. Desse modo, para o autor, um território se constitui de "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional compreendido por sociedade, espaço e tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema". Para Santos

(2002 p. 10), “O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

Para Heidrich (1998), na formação de um território há características da condição como pertencimento, identidade, apropriação, domínio, demarcação e separação, que contribuem para uma completa efetivação deste espaço. Para Haesbaert (2004), talvez a marca mais preponderante de território seja a simbiose entre as pessoas e o espaço de domínio. Um território, segundo o autor, deve ser analisado de forma integradora, levando em consideração as dimensões: cultural, material, econômica, política, social e histórica dos indivíduos que o compõem.

Segundo Rothman (2004), as experiências do processo de reassentamento por atingidos, tanto no Brasil como em outros países, demonstram que estes deslocamentos compulsórios, promovendo uma série de crises de identidades, são geradores de processos traumáticos nas populações afetadas, já que estas não escolheram voluntariamente essa situação. Essas mudanças de território implicam na desarticulação das redes de relações sociais baseadas na vizinhança e nos laços familiares, e que formam um marco vital para muitas das pessoas e famílias atingidas.

Mais do que uma questão fundiária, a questão dos reassentamentos pode ser debatida aqui como uma questão territorial. É o caso dos reassentados, que será estudado a seguir.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Caracterização da região do reassentamento

A localização do reassentamento, *locus* deste estudo situa-se na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Pode-se explicar a evolução da região através de duas trajetórias: uma economia alicerçada na exploração de agricultura de subsistência e pecuária bovina que, após, transformou-se em produtora e exportadora de grãos, principalmente pela expansão das culturas de trigo, milho e, principalmente, soja, não pela exclusividade, mas pela predominância.

Para Frantz (1980), é a partir da década de 1960 que surgem as granjas de trigo e soja na região, sendo que, como em outras regiões do estado e país, o crescimento econômico regional foi pautado em uma modernização desenvolvimentista, através de um arcabouço estatal (crédito rural subsidiado, pesquisa e extensão rural pública).

Assim, junto com a expansão da lavoura de grãos articula-se um novo sistema de produzir e constituem-se novas relações de produção, econômicas e sociais dos produtores com o mercado, novas formas de cooperativismo e sindicatos, implantando-se mudanças fundamentais no meio rural da região e que predominam até os dias atuais.

Quanto à questão da estrutura fundiária, segundo dados do IBGE (1985), a região apresenta após os anos 60 uma redução significativa do tamanho dos estabelecimentos rurais. E, mais recentemente, os dados do Censo Agropecuário de 2006 revelam que 70% dos estabelecimentos agropecuários são de agricultores familiares e que ocupam menos de 30% da área. No município onde está localizado o reassentamento estudado esse número é ainda menor, a agricultura familiar representa 75,22% dos 1.336 estabelecimentos rurais, ocupando somente 10,30% da área produzida. O município possui apenas 9,25% dos produtores com áreas entre 50 e 100 ha, o que demonstra uma forte concentração de terras, pois 26% têm áreas entre 50 e 100 ha e o restante mais que 100 hectares.

Além da produção de grãos, a região tem aumentado a participação na pecuária leiteira. Até meados da década de 90, a produção leiteira era uma importante atividade econômica na maioria dos municípios da região, havendo, a partir de então, uma alteração significativa na matriz produtiva de alguns municípios, que passou para a monocultura da soja, milho, trigo etc. A partir de 2005, por consecutivas quebras nas lavouras e pela instalação de plantas industriais na região, a atividade leiteira volta a ser significativa.

Uma das características da região e município onde está localizado o reassentamento é que existe um significativo número de famílias assentadas pelo programa de reforma agrária e reassentamentos de agricultores atingidos por barragens.

Pode-se dizer que as características da região remetem a um desenvolvimento agrícola retratado como um modelo que tem as suas variáveis centrais de reprodução determinadas por ações modernizadoras dos processos produtivos e alicerçadas no aumento de produtividade, no investimento de máquinas e equipamentos, na necessidade de economia de escala e consequente concentração de terra, sendo determinado por critérios econômicos ligados restritamente à questão agrícola, e que são intrínsecos à realidade dos agricultores familiares, não familiares e nos assentamentos rurais.

4.2 Perfil dos entrevistados

Os participantes da pesquisa têm idade média de 46 anos, sendo que as faixas etárias variam entre 25 a 67 anos. Estes moradores são naturais de municípios atingidos por barragens, na sua maioria, 08 deles indenizados a partir da Barragem de Dona Francisca, migrantes dos municípios de Arroio do Tigre, Nova Palma, Sobradinho, Pinhal Grande e Estrela velha. Por outro lado, 04 moradores vieram de outras cidades (Nonoai, Santo Ângelo e Lagoa Vermelha) e compraram o direito de uso de um lote de terras nesse reassentamento, e outro morador permutou (trocou de comum acordo) sua área de terras com uma família no reassentamento Júlio de Castilhos/RS.

Quanto à escolaridade, pode-se dizer que a grande maioria, ou seja, 07

entrevistados não concluíram o ensino fundamental, sendo que destes 05 conseguiram estudar apenas 04 anos. 02 entrevistados concluíram o ensino fundamental e o mesmo número concluiu o ensino médio. Um não chegou a concluir o ensino médio e outro entrevistado se considerou sem escolaridade. Os mesmos dados são encontrados no município onde está localizado o reassentamento, pois cerca de 67,66% têm o ensino fundamental incompleto, segundo dados do IBGE (2006).

O reassentamento foi criado há 16 anos, e os entrevistados estão morando ali há 13 anos, em média, sendo 16 anos o que está há mais tempo e 04 anos o de menos tempo. A família com menos tempo de residência no reassentamento tem o maior número de pessoas residindo e produz a grande maioria dos alimentos que consome.

Atualmente, residem em média 03 pessoas nas famílias reassentadas, sendo que em duas famílias residem apenas uma pessoa. De acordo com os dados do IBGE (2006), residem nos estabelecimentos rurais do município onde está localizado o reassentamento em torno de 02 a 04 pessoas, totalizando 4.261 residentes no meio rural.

Na família com seis pessoas nota-se que, apesar de serem os mais recentes moradores do reassentamento, demonstram entusiasmo e inovação em seus cultivos, trazendo novas perspectivas em seus métodos de cultivo, inovando com fruticultura, criação de animais e produção de verduras. Percebeu-se o replanejamento do plantio das árvores frutíferas, fazendo uma barreira de proteção com capim elefante e afins, evitando a deriva da lavoura de soja que são as lavouras de monocultura de plantadores arrendatários. Outro aspecto é a diversificação de cultivos, fazendo rodízios de cultivos e cuidados sustentáveis com o solo, águas e riquezas naturais da propriedade.

Sobre a renda das famílias, pode-se dizer que a grande maioria (08) dos reassentados têm na comercialização do leite e da soja a principal renda da família. Um reassentado produz somente leite, um produz milho, outro assentado produz soja e gado, um produz a lavoura de milho, soja, trigo, feijão, aveia, verduras, mandioca e batatas e um entrevistado arrenda a sua terra para outros produtores que plantam grandes lavouras de soja. Esta é uma realidade presente na região, pois os grandes produtores arrendam muitos lotes de terras nessa comunidade e formam grandes áreas de produção de soja. A fração de

terra de 18 hectares não viabiliza as famílias terem gado, soja, milho, verduras, etc. A área é pequena, e quando o agricultor opta em plantar soja sobra pouca terra para gado e outras cultivares. No município onde está o reassentamento, o percentual de soja da agricultura familiar é de 27,36% e 82,60% produzem pecuária leiteira comercialmente. Esses dados demonstram que nas propriedades que integraram o estudo existe uma participação elevada da produção de soja, mesmo tratando-se de produtores familiares.

Sobre as rendas não agrícolas, 09 não possuem outra renda além da agrícola e 04 possuem outras rendas, provenientes de aposentadorias ou pensões. Além disso, não possuem outras atividades além das praticadas no reassentamento, o que difere de outros produtores do município, pois segundo dados do IBGE (2006) cerca de 70% das pessoas que vivem no meio rural do município onde está localizado o reassentamento estudado declaram ter atividades econômicas fora do estabelecimento familiar, 36,69% empregam seu trabalho em atividades ligadas ao agronegócio, como cooperativas, prestação de serviços, empresas de assistência técnica, comercialização de grãos, e 63,31% em outros segmentos não agrícolas.

4.3 Caracterização do reassentamento e do processo de migração dos agricultores atingidos por barragens

De acordo com a pesquisa, a área média de terras anteriores ao reassentamento era em torno de 20 hectares. Na realidade atual, as frações de terras são de 18 hectares.

Conforme o presidente da comunidade, o processo de reassentamento ocorreu com a indenização paga e feita pelo MAB (Movimento de Atingidos por Barragens) das terras e sua infraestrutura nos municípios que foram atingidos pela Barragem de Dona Francisca. A Figura 01 ilustra uma das localidades de origem de alguns agricultores entrevistados atingidos por barragens.

Figura 01- Localidade de origem dos produtores reassentados



. Fonte: Dados da pesquisa

A Barragem de Dona Francisca, RS, foi por muitos anos planejada e comentada pelas pessoas que eram atores sociais deste processo, visto que este empreendimento mudaria para melhorar as condições de vida social, econômica e cultural. As famílias foram indenizadas em dinheiro pelas terras e infraestrutura das propriedades que foram atingidas pelo alagamento da barragem.

A maioria das indenizações, segundo o líder da Comunidade, foi em dinheiro. No entanto, frente à resistência em abandonar suas casas/terras/lembranças emocionais, e para ampliar as possibilidades de desenvolvimento dos indenizados e seus filhos maiores de 18 anos, e facilitar a aceitação das famílias para sair das diversas localidades ao longo das margens do Rio Jacuí, foi oferecida, ainda, a oportunidade de cada família habilitar-se a receber um lote de 18 hectares de terras localizadas em fazendas desapropriadas pelo Estado.

Naquele momento, cada família e cada filho acima de 18 anos pôde optar por reassentamento em fazendas consideradas improdutivas e disponibilizadas para o Estado do Rio Grande do Sul, desapropriadas e ofertadas pelo MAB para realocar os agricultores familiares advindos das mobilizações e desapropriações da Barragem de Dona Francisca. Outra opção era poder escolher terras em propriedades individuais para reestabelecer novas moradas (Figura 02). As terras estão sendo pagas em prestações com subsídios vantajosos e prestações com juros mínimos à serem pagas ao longo

de 20 anos e/ou a partir da entrega da escritura pública do lote de terra.

Durante os anos iniciais, cada família recebeu subsídios para investir na propriedade, sendo construída pelo Estado uma comunidade social com salão comunitário, com espaço de lazer, cancha de bochas, escola com infraestrutura para atender até o ensino fundamental, igreja e campo de futebol. A preocupação foi de construir todo o possível, dentro das necessidades de adaptação de todas as famílias, com acesso à eletricidade, água potável, estradas e toda infraestrutura que possuíam em sua moradia e comunidade de origem.

Figura 02 - Área do reassentamento destino dos migrantes da Barragem Dona Francisca



Fonte: Pesquisa de campo

Conforme já referido neste estudo, no reassentamento pesquisado o primeiro morador chegou à fazenda desapropriada pelo MAB no final do ano de 1999. Nesse reassentamento foram estabelecidos 38 lotes de terras de 18 hectares para cada família e mais 18 hectares para cada filho maior de 18 anos. Inicialmente estabeleceram-se 38 famílias, hoje permanecendo apenas 13 famílias. No início do reassentamento as famílias viviam agrupadas em agrovilas (Figura 03).

Figura 03 - Agrovila formada no início do reassentamento



Fonte: Pesquisa de campo

No princípio da comunidade, *locus* deste estudo, as famílias foram se estabelecendo em um hectare de terra na sede da velha fazenda. A fazenda estava em proposta de desapropriação pelo Estado. Segundo muitos comentários e lembranças, os entrevistados referem-se a esta estrutura inicial como “agrovila”, um “aglomerado de pequenas casas construídas pela organização do MAB”. Essas casinhas (Figura 04) foram construídas em reduzido espaço de terras localizadas na sede da fazenda. E assim, instalados nessas casas, as famílias ficaram um ano, esperando a burocracia que regia os trâmites de demarcação dos lotes de terras. Após os rearranjos e determinação da localização ocorreu distribuição dos lotes de terra aos “contemplados” com um lote de terra de 18 hectares.

Figura 04 - Primeira casa começando ser erguida pela equipe de construção do MAB



Fonte: Pesquisa de campo

Nas entrevistas ficou claro que os principais motivos do abandono destas áreas é a falta de adaptação econômica e social, o custo para produzir lavoura e a dificuldade de acesso à cidade, que fica localizado a 34 km de distância da cidade mais próxima, tendo ônibus três vezes por semana. Também as estradas são precárias e carros pequenos têm dificuldades de locomoção o que acarreta constantes manutenções onerando as famílias.

A escola (Figura 05) e a comunidade (igreja, salão, campo de futebol) foram sendo construídas aos poucos a partir dos primeiros anos de implantação da infraestrutura obrigatória prometida pelo Estado e MAB. Essas benfeitorias teriam que ter, no mínimo, as mesmas condições de bem-estar e lazer que as pessoas desfrutavam em suas comunidades anteriores.

Figura 05 - Escola Municipal de Ensino Fundamental localizada no Reassentamento



Fonte: Pesquisa de campo

Assim, quando começou o processo de sensibilização para a indenização das famílias atingidas pela Barragem de Dona Francisca, as pessoas mais velhas das famílias registravam tudo o que possuíam em suas propriedades e na comunidade, e assim tudo deveria ser feito de modo satisfatório na comunidade de destino.

Além da escola, conforme já mencionado, existe um salão comunitário que serve também de espaço para a prática religiosa (Figura 05 e 06). A totalidade das famílias se denominam frequentadores da religião católica, apesar de alguns serem evangélicos.

Figura 06 - Igreja e Salão Paroquial Comunitário e Religioso do Reassentamento



Fonte: Pesquisa de campo

No salão da comunidade há uma pista de dança e uma cancha de bochas de piso batido. Conforme os depoimentos relatados percebeu-se que as pessoas da comunidade já foram mais participativas, mas em domingos, feriados, datas festivas e comemorativas o salão é um ponto de encontro. O campo de futebol é próximo ao salão, e a juventude local e os visitantes se encontram e jogam juntos em domingos e feriados. (Figura 07 e 08)

Figura 07 - Salão Comunitário do Reassentamento



Fonte: Pesquisa de campo

Figura 08 - Campo de Futebol localizado no Reassentamento



Fonte: Pesquisa de Campo

4.4 Estratégias de desenvolvimento dos reassentados frente ao cenário que se depararam no município se comparados ao anterior, antes da migração

Dos 13 residentes, 08 são originalmente os reassentados, os demais são pessoas compradoras de terras ou que realizaram permutas destas. Essas permutas acontecem entre assentamentos e por decisão e comum acordo entre os donos de lotes de terra dos diferentes assentamentos e reassentamentos no município e na região. Estas ações não são permitidas legalmente, mas há algumas diretrizes diferenciadas por serem terras que devem ser produtivas e produzidas. Mas, frente às muitas regras e normativas que regem as determinações de propriedades e posse, corroboram dois entrevistados: “Eu cheguei há nove anos, eu vim de Júlio de Castilhos, eu comprei a metade de um lote de uma mulher que também tinha se separado. Foi difícil, foi bem difícil o começo, longe demais, difícil acesso” (ENTREVISTADO G). “Nós viemos depois de vir uns vizinhos e daí compramos aqui”. (ENTREVISTADO J).

Pode-se dizer que os agricultores que chegaram ao reassentamento se

depararam com uma realidade totalmente diferente daquela de onde viviam. Praticamente consideram que tiveram dificuldades de se adaptar ao novo que encontraram no reassentamento. A nova realidade na qual se depararam em momentos iniciais era desoladora, conforme relatos de alguns entrevistados: “Dava vontade de bota a troxa nas costas e sai”. [...] hoje não quero falar (ENTREVISTADO C). “Tudo difícil, lá era melhor. [...] Foi bem difícil, até abaixo assinado fizeram para tirar nós daqui, e lá era melhor que aqui” (ENTREVISTADO N). “Nossa chegada foi muito boa, mas manter hoje tá muito sofrido, massacrado. [...] Mudou tudo, e lá prantava milho, feijão, fumo, mandioca, de tudo, verdura de tudo”. (ENTREVISTADO I).

Ainda, conforme outros entrevistados:

Na verdade vinha de uma cultura de terras “dobradas” com cultura do fumo, feijão, milho, e verduras de todo tipo, com trabalho manual, enxada e foice e boi com arado e aqui para uma cultura no campo plantando soja e essas coisas novas de ter que ser tudo com máquinas. Quando cheguei aqui à maioria das pessoas já estavam aqui, eu estudava na Serra Gaúcha e numa visita a família, resolvi voltar e buscar o direito a um lote de terras, eu voltei e com minha família mãe e um irmão passamos longo tempo planejando como faríamos ali, ficamos morando mais de um ano na agrovila, onde as pessoas não estavam acostumadas a viver tão perto, sem saber ao certo a localização de cada lote de terras para já irem plantando uma árvore ou outras coisas, os animais ficavam em grandes áreas e cada dono de animais ia organizando piquetes [...] na agrovila, muitas pessoas, pouco espaço, tendo que conviver em banheiros e lavanderias coletivas com dificuldades pelos diferentes costumes e comportamentos [...] Mas também por que demorou a demarcação dos lotes, foi triste e sofrido, ficávamos esperando demarcar os lotes para fazer a casa e galpões e separar os animais, plantar frutas e tudo mais [...] muito ociosos e na angústia por mudar-se para casa nova. (ENTREVISTADO B)

Olha, tive dificuldades sim, por que acordado entre movimento de barragens e estado e aqui a implantação foi diferente, as construções foram mal feitas e com materiais muito inferiores; [...] Lá a gente morava era num sistema colonial, planta o quer, do jeito que quer e vende pra quem quer era autônomo e aqui já foi um pouco reprimido, e principalmente a agrovila, foi um colapso pois eram 38 moradores em menos de um hectare de terras e as pessoas não tinham aquele modo de vida e as pessoas não tinham aquela postura. (ENTREVISTADO H)

Cada lugar tem suas coisas, sua história, seu jeito, é diferente, é outra cultura e cada um tem uma maneira de se organizar. No entanto, para a maioria dos entrevistados, foi difícil em tudo, moradia, clima, estradas, dificuldade de acesso, preconceito da população da cidade com os reassentados.

A chegada aqui eu me apavorei, eu pensei que a gente ficou tudo numa favela, uma casa do lado da outra, aquilo ali virou uma discussão, durou um ano e pouco aquela favela e os grupos também foi uma coisa bem errada, uma individualização. Aqui a diferença é que precisa bastante terra para sobreviver, lá com menos terra a gente fazia mais dinheiro, tem que ser tudo muito bem administrado. (ENTREVISTADO M)

Alguns vieram em razão do casamento. “Eu cheguei com meu pai em setembro de 2008, eu vim solteira, vim morar com meu pai e comecei namorar o vizinho e dali dois anos nós casamos”. (ENTREVISTADO E). “Senti diferença no clima e também aqui tenho uma vida de casada, lá também lidava com o leite eu sempre morava no interior”. (ENTREVISTADO D).

Quando questionados sobre a vida pregressa, antes de chegar ao reassentamento, que tipos de práticas/atividades desenvolviam, a grande maioria dos entrevistados afirma que, apesar de o contexto anterior não ser uma agrovila, trabalhava em grupo, durante o período de mais trabalho como no plantio e na colheita, as famílias trocavam trabalho e se reuniam em mutirões para se ajudarem uns aos outros. Na realidade atual, é cada um por si. Além disso, a produção era diversificada. Conforme um dos entrevistados: “Era de tudo um pouco, plantava e criava os animais quase tudo que a terra podia produzir” (ENTREVISTADO C). “Naquela região já nasciam sendo ensinados a plantar e trabalhar, os pais ensinavam e era 100% manual”. (Entrevistado G). “Nós lá plantava de tudo, milho, feijão, verdura tudo e fumo, e aqui fica o leite e soja” (ENTREVISTADO M). “Olha, antes a gente plantava o milho, a Emater trazia os cursos, a gente se reunia e fazia os cursos de objetos de palhas e comidas a base de milho e do leite ensinaram fazer o queijo e a ricota, agora não” (ENTREVISTADO N). Conforme outro entrevistado

Antes de chegar aqui era plantio de fumo para vender e feijão, milho e todas as verduras para consumo e criar os animais. Produzíamos tudo para os gastos e despesas da família. Todos aprendiam com os mais velhos, avós, pais, vizinhos mais velhos, meio herança de pai para filho. A produção era de pequenas áreas. E também tínhamos a produção de gado de corte nelore e crioulo. E aqui mudou tudo, mas adaptamos para gado de leite, produção de milho e pastagem e um pouco de soja. (ENTREVISTADO B)

Se comparadas, as práticas realizadas por estes produtores na realidade anterior ao reassentamento mudaram em vários aspectos, desde o tipo de

relações de trabalho que eles desenvolviam (mutirão/trabalho coletivo/trocas de trabalho) e também mudaram as relações ao longo dos anos na comunidade do reassentamento. “Mudou tudo, de feirante para plantador de soja e produtor de leite. [...] lá nós trabalhava em grupo aqui cada um por si, e desde o princípio trabalhamos com leite e soja, mas olha até é difícil de responder isso daí” (ENTREVISTADO A). “Era juntos e plantava de tudo e vendiam na feira em Santa Maria, mudanças mais difíceis era as amizades de vizinhos, nossa comunidade precisa melhorar, aqui tá terminada a comunidade” (ENTREVISTADO C). “Lá era tudo, a boi e eu plantava quatro hectares de fumo, mas aqui essa terra da só pra leite e soja, aqui cada um por si e lá era uma montoeira de gente se ajudando” (ENTREVISTADO M).

Uma das mudanças ocorridas a partir do reassentamento foi a necessidade do uso de máquinas e equipamentos, pois o relevo exige manejo diferente e investimento de cobertura de solo, o que segundo os entrevistados exige um investimento na produção e mecanização para aumentar a produtividade. “Acho que agora cada proprietário tem sua máquina, antes tinha muita gente que lavravam com boi e arado e agora não” (ENTREVISTADO D). “Já acabei falando antes, mas aqui é tudo com máquina e muito diferente antes de ter um trator forte e equipamentos pagávamos hora/máquina” (ENTREVISTADO E). “Lá lavrava com boi e arado e aqui tem trator já faz nove anos, pra trabalhar é bom, mas a terra não fica boa, prejudica” (ENTREVISTADO C). “Já tinha máquinas, era máquinas do pai, agora tenho as minhas” (ENTREVISTADO G). “Tudo com o tempo vai desenvolvendo e as máquinas, aqui arado é pouco, tem diversificação. [...] algumas pessoas foram embora que não se adaptaram, não gostam do trabalho, não se adaptaram a cultura de soja e leite e foram embora” (ENTREVISTADO I). “Aqui o trator faz, pagamos horas de trator e lá era arado e boi” (ENTREVISTADO J). “Mudou, mudou bastante, hoje cada um tem sua maquinazinha para lidar (ENTREVISTADO L). “Aqui as máquinas fazem muito melhor e lá era tudo a mão” a “muque” aqui é tudo a máquina”. [...] A gente tenta manter, mas hoje tá muito sofrido, massacrada”. (ENTREVISTADO M).

Antes do reassentamento, quem cuidava do trabalho eram os homens, organizando a divisão de tarefas e as mulheres cuidavam da alimentação e da atividade leiteira. Continuam as mesmas práticas na comunidade do

reassentamento, sendo ainda os cuidados com a casa e alimentação encargo das mulheres da família. “Aqui é a mesma coisa, eu lido com o leite e entro e faço a comida e ajudo também na roça, eu cuido da casa, roupa e quando precisa dou uma mão pra ele na lavoura” (ENTREVISTADO E). “As mulheres que cuidam da alimentação e eu e o meu filho combinamos o que fazer” (ENTREVISTADO M). “Sim, na parte da comida mais da mulher, e o homem mais na lavoura e nas máquinas” (ENTREVISTADO F). “As mulheres que cuidam da comida, resto eu aqui faço tudo sozinho” (ENTREVISTADO I). Um dos entrevistados corrobora:

Os chefes da família, o pai cuidava da divisão de tarefas e a mãe cuidava da organização da alimentação e também das roças de verduras. As decisões sobre o que plantar e onde e como plantar era conversado em casa e o pai e a mãe iam ensinando e logo cedo todos os filhos já sabiam e opinavam em como plantar, principalmente a parte de horta, verduras, feijão, milho, frutas e pastagens para os animais.(ENTREVISTADO B).

Um aspecto importante é como ocorria e ocorre atualmente a transmissão dos saberes, antes e depois do reassentamento. A maioria relata que os saberes eram passados dos pais para os filhos, e assim sucessivamente, também no que diz respeito a fazer a roça, plantar, colher, vender, etc. E depois do reassentamento, ao longo dos anos na Comunidade, ocorreram mudanças significativas, pois na perspectiva da mecanização e tecnologia, são os filhos que estão buscando aprender para ensinar os mais velhos da família. Conforme os entrevistados, “De pai para filho. A mãe me ensinou a trabalhar, e aqui eu tive que reaprender fazer mudanças de tudo, de cultura e de diferentes jeitos de fazer e estabelecer e ensino meu filho” (ENTREVISTADO A). “Na lavoura de pai para filho, na casa de mãe que me ensinava, e de olhar e aprender” (ENTREVISTADO E). “Olha isso muda, por que no meu caso o meu filho trabalha com maquina e pra ti ver já foi trabalhar até no Mato Grosso (ENTREVISTADO H). “Nossos tempos passados não voltam mais, não adianta mais ensinar os filhos, eu ensino, mais tem coisas que não sei ensinar, não sei nem explicar essas coisas da tecnologia e máquinas” (ENTREVISTADO C).

E o relato do entrevistado resume o que foi descrito:

Antes e aqui também os ensinamentos são de pai para filho, hoje já ensino e levo meu filho junto para ir vendo e se envolvendo nas “lidas. As mudanças são grandes, tem que sempre se adaptar, mas no início foi mais difícil, viemos de um cultivo manual, com o apoio do preparo da terra com boi e arado, não tinha o uso de agrotóxicos, os pais ensinavam os filhos tudo com o uso da enxada para carpir e limpar a roça. E aqui no reassentamento é hoje lavoura com solo fraco, mais despesas com insumos, com muito uso de fungicidas, custo alto de produção e também no início com despesas de pagar hora máquina, antes de ter um trator forte e equipamentos. (ENTREVISTADO J).

As práticas religiosas, de lazer e de educação que existiam antes do reassentamento eram parecidas com as rotinas atuais, mas houve algumas mudanças ao longo dos anos na Comunidade, as pessoas passaram a se isolar da convivência e a trabalharem mais e deixar o lazer de lado. “As práticas religiosas são as mesmas, já fomos mais organizados, mas precisamos de mais união e comprometimento para reativar a parte de lazer da nossa comunidade” (ENTREVISTADO B). “Lá eu participava pouco, participei mais aqui, fui da diretoria, ia a todas as missas, lá era a mãe, e aqui é a esposa e o filho que me incentivam e já fui presidente da comunidade”. (ENTREVISTADO A). “Lá a gente tinha todos os fins de semana e feriados se reuniam e não trabalhavam, aqui não se vai à comunidade, aqui não tem mais como, só trabalha e não tem jeito, tem que fazer uma nova diretoria”. (ENTREVISTADO C). “Antes eu ia mais à igreja e agora menos, a gente acaba trabalhando mais, dando mais atenção ao trabalho e esquece a comunidade” (ENTREVISTADO E). “Olha antes de vir para cá, ia todo domingo na igreja, já aqui é diferente, sinto que aqui dificulta cada um mais em casa e trabalho e também umas fofocas” (ENTREVISTADO F). “Eu acho que a mesma coisa, a missa, a catequese, e umas mudanças diferente é que cada um na sua casa, antes se visitavam mais” (ENTREVISTADO G). “Nóis lá em baixo, lá nois ia todos os domingos, e aqui rezam muito pouco” (ENTREVISTADO J).

Em relação à produção e comercialização dos produtos agrícolas e pecuários, houve uma imensa mudança para todos os entrevistados depois que foram morar no reassentamento. As mudanças ocorreram ao longo dos anos na Comunidade, conforme relatos: “Lá nós trabalhava em grupo aqui cada um por si, e desde o princípio trabalhamos com leite e soja e lá eram produtos de feira” (ENTREVISTADO D). “Para nós aqui mudou por causa das

dificuldades por não ter como fazer o bloco de produtor, nós não conseguimos acessar essas coisas e dificuldades do resto” (ENTREVISTADO E). O entrevistado refere-se à questão de não ter o Documento de Posse e autorização de uso do lote no nome do comprador, ou do arrendatário, ou outra forma qualquer de apropriação do lote de terra.

“Mudou, milho e feijão e fumo e aqui soja e leite para as cooperativas” (ENTREVISTADO N). “Mudou os preços, comparação o custo de produção é a maior dificuldades” (ENTREVISTADO L). “Mudou o que lá era fumo e aqui o soja e o preço fica bom” (ENTREVISTADO M). “Mudou bastante, aqui tinha investimento de fumageiras e não tem mais, para mim foi quem mais colheu por mil pé e no começo cheguei a plantar 220 hectare de terras” (ENTREVISTADO H). “Sempre vai mudando e agora a principal renda vem do leite e soja” (ENTREVISTADO D). “Mudou para leite e soja, lá tinha mais fumo e verduras e aqui logo quando chegamos prantamos verdura e depois veio soja para ter mais renda e depois veio o leite, por motivo de ampliar a renda” (ENTREVISTADO W). “Aqui é o soja e lá era feijão, milho, verduras, fumo e tudo o resto” (ENTREVISTADO M).

Não se aproxima, tentei o plantio de fumo, e um hectare de fumo bem trabalhado rende como 10 hectare de soja, eu senti muito por ser tão distante e difícil acesso e mesmo tendo certeza que a monocultura não é viável, mas acabo tendo que plantar soja, o feijão não se adaptou aqui. (ENTREVISTADO H).

Mudou tudo, no início não tínhamos diversidade para alimentos da família e também dos animais, tudo tinha que comprar no mercado e agropecuária. No início muito ruim e difícil, mas encontramos um jeito de produzir praticamente tudo aqui, também. E produzir para vender soja e leite (ENTREVISTADO B)

Mudou, mudou, aumentei a produção e outros animais também, e o problema esta sendo os blocos, e os papéis da terra e fica complicado se não poder vender o leite por causa do bloco de produtor, me preocupa, a cooperativa anda meio excluída (ENTREVISTADO F).

Não são significativas as mudanças de comportamento relativas aos hábitos de alimentação depois do reassentamento. As poucas mudanças que ocorreram ao longo dos anos na Comunidade do Reassentamento são em relação ao acesso, diversidade e ao tempo decorrido para plantio e desenvolvimento de cultivares como as frutas. Ou seja, com o tempo, foi-se

implantando os mesmos hábitos e costumes das comunidades de origem. “Não, os hábitos continuam os mesmos, aqui implantamos o jeito de viver como a vida lá na serra, ajustando um pouco. (ENTREVISTADO B). “Agora já tá quase, até as frutas, o principal, já tem fruta (ENTREVISTADO C). “Os hábitos continuam os mesmos e plantamos quase tudo que se come” (ENTREVISTADO F). “Os hábitos vai se aperfeiçoando com o que tem para comer, mas é quase a mesma coisa de antes (ENTREVISTADO G).

Em relação à assessoria técnica que ocorria no início da migração, a orientação era realizada pela Emater e Cooperativa, e antes do reassentamento eram orientados pelas fumajeiras. “Lá nos tinha mais, como vou dizer assistência técnica que aqui é pouca” (ENTREVISTADO A). “Aqui pouca assessoria técnica, cada vez menos investimento nessa assessoria técnica no geral. Mas aqui nos temos orientação particular e parcerias pela cooperativa que entregamos o leite. Mas ainda assim é crítica, precisa melhorar” (ENTREVISTADO B). “Lá, Itauba, Linha Somavila, não tinha assessoria e aqui também não” (ENTREVISTADO C). “Lá tinha partes que não ia maquina e aqui vai a toda área de terra. Não, tenho assessoria por falta de legalizar os papéis da terra” (ENTREVISTADO E). As terras que foram vendidas, trocadas ou permutadas não receberão as escrituras do Estado no nome do comprador, pois é ilegal. “Aqui é horrível, a cooperativa só vem aqui para assinar, eu acho ruim” (ENTREVISTADO G). “Antes era das firmas de fumo, mas aqui muito pouco pela cooperativa, mas dá para dizer que não tem assistência, e o que tem é ruim” (ENTREVISTADO H). “Não, nada, a agropecuária ajuda as vezes” (ENTREVISTADO J). “Lá quem dava assistência era o instrutor do fumo e aqui não tem nada, mas quem é que não vai saber pranta um pé de milho” (ENTREVISTADO W). “Em comparação, aqui não tem mais, não tem mais a Emater. No começo vinham os da Emater e os da cooperativa, mas é só trabalhar, aqui ou lá, a gente vai aprendendo trabalhar” (ENTREVISTADO L).

O sistema produtivo atual sofreu mudanças após a chegada ao reassentamento, também as atividades principais mudaram e foram se adaptando ao longo dos anos na Comunidade. Os motivos das mudanças são destacados pelo produtor:

Sistema produtivo com mecanização para de soja e também

com tecnologia para produção de gado leiteiro e o leite, mudou muito depois da instalação deste sistema produtivo aqui. E também as conquistas advindas da mecanização própria. Mudou para melhor: Conquistas materiais de melhorias em máquinas e rebanho e também em produção e resultados, e os motivos, são os ganhos em qualidade de vida e de resultados por planejamento adequado de aproveitamento da área total do lote de terra meu, unindo mais a área de minha mãe (ENTREVISTADO B).

Sobre as políticas públicas, as famílias que têm acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) não são em sua maioria. Ao longo dos anos, houve mudanças após alguns integrantes, moradores do reassentamento, endividarem-se, tendo que abandonar suas terras e se recolocarem em outras comunidades urbanas e/ou voltar a residir novamente às margens do Rio Jacuí. E foi mudando ao longo dos anos na Comunidade, pelos motivos a seguir relatados: “Lá nós não acessávamos os Pronaf e aqui já mudou, tive que acessar, a gente consegue, mas aqui foi difícil por causa de ter que ter um avalista por solidariedade” (ENTREVISTADO A). O avalista por solidariedade é quando mutuamente os agricultores avalizam e garantem com suas assinaturas os empréstimos e PRONAFs um do outro em transações financeiras nos bancos públicos e cooperativados. “Não agora não acesso mais nada, mas também pelo caso dos papéis” (ENTREVISTADO E). “Não, sem documentos da terra e daí não acessa nada, estamos irregulares” (ENTREVISTADO G). “Não, não busco acesso a nada, não, não peguei nada no banco, pois nunca pudemos acessar” (ENTREVISTADO H). “Eu nem sei o que falar, mas eu quero falar de ter mais terras mais perto, por que com poucas terras e os filhos tem que ir embora” (ENTREVISTADO M).

Perguntados se há algum motivo que dificulte a sua permanência na Comunidade, seguem a seguir os relatos, sendo que os principais são: a falta do bloco do produtor e a falta de regularização da terra. “Principal é o bloco de produtor, agora tenho que fazer tudo avista e sem subsídio” (ENTREVISTADO F). “Irregular, por estar irregular, (ENTREVISTADO G). “Nada, aqui tá bom precisava do posto de saúde” (ENTREVISTADO H). Nas entrevistas, foram muitas falas dos entrevistados trazendo expectativas de melhorias para o futuro no reassentamento, como a construção e o funcionamento de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), ou melhor, o funcionamento de uma equipe de

trabalho em saúde nas diretrizes das Estratégias de Saúde da Família (ESF). A maioria reclama de motivos que dificultam a permanência no reassentamento, “Tem sim, to aqui por que não tem como vender” (ENTREVISTADO M).

Ao serem questionados sobre o que consideravam importante para que ocorra o fortalecimento da Comunidade, a união dos moradores e outros aspectos, seguem os relatos: “Mas olhamos, nós estamos mal das diretorias da comunidade, tem que ter mais união, Eu acho que entre os moradores tem que ter união para evoluir”. (ENTREVISTADO A). “A primeira coisa é mais união, e também um auxílio técnico gastaria menos tempo trabalhando aqui e sobraria mais tempo para conviver na comunidade” (ENTREVISTADO E). “Aqui tinha que fundar uma associação, uma forma de cooperativa, eu penso que voltar a união, um projeto que una as pessoas e desenvolva renda” (ENTREVISTADO G). “Pra mim não adianta mais, pois estou velho, mas o posto de saúde e o ônibus de arranca dente” (ENTREVISTADO I).”Como eu disse o posto de saúde, também o 1º e o 2º grau e quadra de esportes e estrada”. Hoje o colégio acolhe só o 1º grau, ensino fundamental em turno integral. (ENTREVISTADO L). “Posto de saúde e uma patrulha agrícola aqui dentro do assentamento, agente de saúde e estrada” (ENTREVISTADO M). Outro entrevistado une vários itens na sua fala e sugere a atenção da gestão pública, com compromisso de melhoramento e implantação de educação até o ensino médio e unidade de saúde na comunidade:

Considero necessário maior atenção pelos administradores públicos do município, na saúde e no lazer das pessoas dessa comunidade. Também a construção de um imóvel para implantação de um posto de saúde nessa comunidade (ENTREVISTADO B)

Ainda outro entrevistado sugere o melhoramento das estradas, que são de difícil acesso e abandonadas pelo poder público municipal, responsável pela manutenção, melhoramento e conservação das estradas. “Aqui a estrada é péssima, aqui muito já arrastei muitos ônibus e carros de trator dos barro, não temos assistência, é uma queixa alarmante, é desumano é exorbitante o estado das estradas” (ENTREVISTADO H).

As famílias que saíram de suas terras no reassentamento não se adaptaram às novas realidades de produção, apresentando dificuldades em trabalhar na terra de campo, pois é necessário investimento em insumos e a produtividade depende diretamente do investimento em cobertura de solo, além

do trabalho com trator e outras máquinas agrícolas. É importante deixar claro que as famílias que saíram não tiveram condições econômicas e de aptidão para trabalhar no campo/lavoura, voltando para terras semelhantes às antigas de origem, a maioria retornou às margens do alague do Rio Jacuí.

Enfim, busca-se identificar possíveis soluções para minimizar dificuldades que os agricultores familiares enfrentam para o desenvolvimento de suas atividades no meio rural na comunidade reassentada.

Podem-se dividir as estratégias em duas: a estrutural e a conjuntural. Na primeira delas, as estratégias que poderiam fortalecer o desenvolvimento dessa Comunidade são: o nível de infraestrutura, com boas estradas para melhoria da mobilidade rural, atendimento local em saúde e escolas até o ensino médio. Por outro lado, as estratégias conjunturais vão além destas, são questões que fazem parte da realidade regional. São produtores que vieram de outra realidade, com produção de fumo, e se depararam com a produção de grãos. Esses produtores perceberam dois caminhos a seguir: ou vendiam a área e migravam para outro local, o que fez a maioria deles, já que apenas 08 são oriundos do reassentamento do MAB a partir da inundação que ocorreu com a construção da Barragem Dona Francisca ou, ainda, como fez um dos entrevistados, arrendando sua área de terras e vivendo com uma aposentadoria somada ao valor do arrendamento da lavoura. E outros atores sociais itinerantes são os arrendatários, que plantam vários lotes de terras que foram abandonados pelos migrantes, pagando a estes, que normalmente mudaram-se para a cidade, o arrendamento em sacas de soja.

4.5 A questão territorial dos reassentamentos por barragens

A análise territorial do desenvolvimento tem abordado questões relacionadas à sustentabilidade social e ambiental, a participação dos atores neste processo mostra que o desenvolvimento rural não se reduz ao crescimento agrícola. Abramovay (1999, p. 17) conceitua um território como uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. Este desenvolvimento apoia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos

de certa região. Conclui, afirmando que “o desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas protagonistas centrais da construção dos novos territórios”.

O que se pode verificar, a partir deste estudo, é que existe uma questão territorial oriunda de reassentamentos por barragens. Diferentemente de assentados que lutaram pelo acesso à terra, estes reassentados pelo MAB tiveram suas escolhas limitadas.

Quando se faz referência a reassentamentos, indica-se que foram retirados de um lugar e colocados em outro, neste caso, de seus territórios. Quando se deparam com outra realidade com dinâmicas endógenas dos territórios diferentes e, particularmente, na especificidade dos seus modos de organização social, não conseguem criar novas bases para construção de novos territórios. Este é um relato que retrata a questão territorial vivenciada pelos reassentados:

A chegada aqui eu me apavorei, eu pensei que a gente ficou tudo numa favela, uma casa do lado da outra, aquilo ali virou uma discussão, durou um ano e pouco aquela favela e os grupos também foi uma coisa bem errada, uma individuação. Aqui a diferença é que precisa bastante terra para sobreviver, lá com menos terra a gente fazia mais dinheiro, tem que ser tudo muito bem administrado. (ENTREVISTADO M).

E pode ser sugestiva, para uma nova pesquisa, dar enfoque e aprofundar esta questão do território. Evidentemente, se minha narrativa, por um lado, utilizam os resultados da pesquisa, ela traz, por outro, a marca da minha vivência, nesse mundo que eu procuro narrar. Para corroborar com a questão da territorialidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as transformações socioeconômicas e culturais dos agricultores familiares em um reassentamento organizado pelo MAB, a partir da Barragem Dona Francisca e diante dos dados obtidos e análises construídas constatou-se que a adaptação nesse novo território é difícil e requer muita luta e trabalho arduo. Em fim, identificaram possíveis soluções para minimizar dificuldades que os agricultores familiares enfrentam para o desenvolvimento de suas atividades no meio rural na comunidade reassentada.

Pode-se dividir as estratégias em duas: a estrutural e conjuntural. Na primeira delas, as estratégias que poderiam ser incentivadas para fortalecer o desenvolvimento desta Comunidade são: o nível de infraestrutura, estradas para melhorar a mobilidade rural, atendimento em saúde no local e escolar até o ensino médio. Por outro lado, as estratégias conjunturais vão além destas. São questões que fazem parte da realidade regional. São produtores que vieram de outra realidade, com produção de fumo, e depararam-se com a realidade da produção de grãos.

Estes produtores perceberam dois caminhos a seguir: ou vendem a área de terras e migram para outro local, o que fez a maioria deles, pois apenas 08 são oriundos do reassentamento do MAB a partir inundações que ocorreram com a construção da Barragem Dona Francisca, ou ainda, como exemplo de um dos entrevistados arrenda sua área de terras por percentual em grãos produzidos na terra que cultivada por este arrendatário.

Considerando a caracterização do reassentamento e a região analisada constatou-se que fica isolado e muito difícil acesso, necessitando de melhoria na mobilidade e manutenção das estradas.

No que tange as estratégias de desenvolvimento dos reassentados frente ao cenário que se depararam na região se comparados ao anterior, antes da migração os limites, desafio e potencialidades foram e são de trabalho duro, dedicação e muita determinação.

Em se tratando das transformações na organização social, econômica e cultural dos agricultores reassentados nesta comunidade percebeu-se que um isolamento social, todos dedicam muito tempo para o trabalho e não

convivem no social e também não trabalham em mutirão de mutua ajuda.

Diante das dificuldades que estes agricultores vem enfrentando para o desenvolvimento de suas atividades no meio rural compreende-se que precisam de orientação técnica, adaptação ao novo jeito de plantar, colher, vender.

Portanto, se faz necessário empreender em estratégias de coordenação e análise técnica, trabalho em grupos, de mutua ajuda, fortalecimento de vínculos sociais e entendimentos de como produzir no campo/lavoura, tendo uma patrulha agrícola para facilitar aarrumar as terras para plantar, colher, beneficiar e vender cooperativados, isso poderiam a curto e médio prazo fortalecer o desenvolvimento deste reassentamento.

As populações ameaçadas por barragens, inicialmente de forma ampla e generalizada, resistem às mudanças e, neste estudo, percebeu-se que existe diversas comunidades de reassentamentos, e que as pessoas envolvidas compartilharam angústias decorrentes das mudanças da vinda dos trabalhadores das terras atingidas por barragens serra/roça para as fazendas destino campo/lavoura. As famílias migrantes das áreas das barragens expressam suas preocupações com o rompimento dos laços comunitários anteriores, a relação com o rio e a perda material das condições de vida das suas famílias.

Portanto muitas dificuldades, sofrimentos, abandono social e desafios com um novo começo, precisam de adaptações necessárias com as novas possibilidades para os agricultores atingidos por barragens nos reassentamentos. Todos os sofrimentos ocorrem inevitavelmente, como em todas as migrações/mudanças, e também acontecem nos reassentamento de atingidos por barragens.

REFERÊNCIAS

BAER, Werner. **A economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BELUCO, Alexandre. **Avaliação da implantação de micro centrais hidrelétricas (mch's) no aproveitamento do potencial energético de pequenas quedas d' água**. 1994. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/topicos/mini-usina-hidreletrica/0>>. Acesso em dez. 2016.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: MS, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto ;COSTA BEBER José Antonio, **Dimensões econômicas, sociais e ambientais**, (2000). Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8958099-Francisco-roberto-caporal-jose-antonio-costabeber-contribuicoes-para-a-promocao-do-desenvolvimento-rural.html>>. Acesso em dez. 2016.

DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. SP/Campinas: Ícone/Edunicamp, 1985.

DUPAS, G. **Crise econômica e transição democrática**. Editora Klaxon, 1986

FRANTZ, T. Ri. **As granjas de trigo e soja: gênese e evolução de um grupo de agricultores capitalistas no planalto do Rio Grande do Sul**. 1980. 406 f. (Tese de Doutorado). Universidade de paris I Pantheon: Sorbonne: Paris, 1980.

FURTADO, M.B. **Síntese da economia brasileira**. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GALVÃO, O. J. de Arroxelas. Raízes históricas da questão fundiária no Brasil. **Revista De Desenvolvimento Econômico**. Ano VIII • Nº 14, Julho de 2006 • Salvador, BA.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOODMAN, D., SORJ, B. & WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990

GREMAUD, A. P. **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndios**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 255 p.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em maio de 2012.

KAGEYAMA, Â. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. In: **Reforma agrária**. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, v. 23, n. 3, set./dez. 1993.

MAB. **Final da década de 70: os primeiros passos** Disponível em<<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em dez de 2016

MARQUES, M. A **identidade água abaixo: os reassentamentos da usina Hidrelétrica Dona Francisca**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Maria.

MARTINS, J.de S. **O Poder do Atraso: Ensaios de Sociologia da História Lenta**. Hucitec, 1999.

MIRALHA, W. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje** REVISTA NERA – ANO 9, N. 8 – JANEIRO/JUNHO DE 2006

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989

NÁDIA, B. S.; JOSÉ, M. F.; MARQUES, M.. M.S. **A identidade água abaixo - os reassentados da usina hidrelétrica Dona Francisca (uhdf) – Rs. XLV CONGRESSO DA SOBER"Conhecimentos para Agricultura do Futuro"** Londrina, 22 a 25 de julho de 2007, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

PAIVA, R.M. **Agricultura no desenvolvimento econômico: suas limitações como fator dinâmico**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979

PASCOAL, J. M. F.; REICHERT, H.; SCHUMACHER, G. A pecuária no rio grande do sul: a origem, a evolução recente dos rebanhos e a produção de leite. In: **ENCONTRO DE 251 ECONOMIA GAÚCHA**,2012. Porto Alegre. Artigos: Pontifícia Universidade Católica do Rio 252 Grande do Sul PUCRS.

PASTORE, J; DIAS, G. L. da; CASTRO, M. C. de. Condicionantes da produtividade da pesquisa agrícola no Brasil. **Estudos Econômicos**, v. 6, n. 3, p. 147-182, set./dez, 1976.

PEAAF – Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.bing.com/search?q=PEAAF>> Acesso em: dez. 2016.

PRADO JÚNIOR, C.. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979. 188 p.

RANGEL. I. **A questão agrária brasileira**. Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco: Recife, 1961. 106

RIBEIRO, J. L. D; NODARI, C. T. **Tratamento dos dados qualitativos: técnicas e aplicações**. Porto Alegre: PPGEU/UFRGS, 2001.

ROSSATO, E. **História de Fortaleza dos Valos**. Fortaleza dos Valos: [s.n.e], 1988. 197 p. 197 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SCHNEIDER, S., **A pluriatividade na agricultura familiar**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S., **Agricultura Familiar e Industrialização: Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do sul**. 2.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SCHULTZ, T. W. **Transforming traditional agriculture**. New Haven and London: Yale University Press, 1964.

SILVA, G. da. **O que é questão agrária**. Coleção primeiros passos, 1980.

SILVA, R. G. S.; SILVA, V. de P. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do Assentamento Olhos D'Água em Uberlândia-MG. **Sociedade & Natureza**, 23(3), 39, 2011

STEDILE, J. P.. MAB. **Dilema da reforma agrária**, 2013.. Disponível em: <www.mab.org.br>. Acesso em: dez. 2016.

WANDERLEY, M.de N. B. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: El mundo rural: transformaciones y perspectivas à la luz de la nueva ruralidade. Bogotá. out. 2003. p. 31-44.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman. 2001.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevistas Semiestruturadas

1. Caracterizar o Reassentamento Cachoeira, Tupanciretã, RS.

1.1 Perfil do entrevistado

- a) Idade:
- b) Naturalidade:
- c) Escolaridade:
- d) Há quanto tempo está no assentamento:
- e) Quantas pessoas residem na família:
- f) Principal renda da família vem de?
- g) Tem outra renda fora a agrícola, qual fonte?
- h) Tem outra atividade fora a agrícola, qual?

2. Sobre o Reassentamento Cachoeira (Presidente da Comunidade e morador mais antigo, (pedir fotos antigas)

- a) Quando iniciou o processo de reassentamento dos agricultores no município e como ocorreu este processo?
- b) Quantas famílias iniciaram na Comunidade, quantas permanecem, e quais motivos das que saíram?
- c) Poderia caracterizar o reassentamento Cachoeira no que diz respeito à evolução histórica: escola (até que série, fale sobre a escola, dificuldades, conquistas, etc..) lazer, infraestrutura (telefone móvel, água e esgoto, luz, internet, mobilidade, estradas).

3. Trajetórias socioeconômicas e culturais (pedir fotos antigas se tiverem e escanear)

(Na discussão, leva-se em conta a trajetória antes do reassentamento e durante o período em que está morando na Comunidade Cachoeira)

- 1) Fale sobre como foi a sua chegada aqui, nessa comunidade?
- 2) Como se deu o processo de adaptação (sentiu alguma diferença) em relação à realidade anterior?
- 3) Antes de chegar aqui, que tipo de práticas/atividades vocês desenvolviam? O que precisava saber para fazer estas atividades? (Exemplo: saber plantar, saber colher, saber vender, etc.). Mudou estas práticas ao longo dos anos na Comunidade Cachoeira? Que mudanças?
- 4) Nessas práticas realizadas por vocês, que tipo de relações desenvolviam (mutirão/trabalho coletivo/trocas de trabalho)? Mudou estas relações ao longo dos anos na Comunidade Cachoeira? Que mudanças?
- 5) Quem cuidava da alimentação, da divisão das tarefas de trabalho? Quais critérios eram utilizados para essa divisão? E atualmente como ocorre? Ocorreram mudanças ao longo dos anos na Comunidade? Quais?
- 6) Como se dava a transmissão do saberes antes do reassentamento? Como é que vocês aprendiam (fazer a roça, plantar, colher, vender, etc.)? E depois do reassentamento, ao longo dos anos na Comunidade Cachoeira? Ocorreram mudanças? Quais?
- 7) Quais eram as práticas religiosas, de lazer, de educação que existiam antes do reassentamento? Teve alguma mudança ao longo dos anos aqui na Comunidade? Quais?
- 8) Relativa à produção e comercialização de seus produtos agrícolas e pecuários, o que mudou depois que veio morar aqui? Ocorreram mudanças ao longo dos anos na Comunidade Cachoeira? Que mudanças?
- 9) Ocorreram mudanças de comportamento relativas aos hábitos de alimentação depois do reassentamento? Quais? Ocorreram mudanças ao longo dos anos na Comunidade Cachoeira? Que mudanças?
- 10) Em relação à assessoria técnica, como ocorre a orientação? Como era antes do reassentamento? Teve mudanças ao longo dos anos desde está morando aqui na Comunidade Cachoeira?
- 11) Com relação a mecanização? O que mudou depois do reassentamento? Ocorreram mudanças ao longo dos anos na Comunidade Cachoeira? Que mudanças?
- 12) Qual o sistema produtivo atual, sofreu mudanças depois que veio morar aqui, por quê? Qual a atividade principal hoje? Mudou ao longo dos anos na Comunidade Cachoeira? Que mudanças? E quais os motivos das mudanças?
- 13) Sobre as políticas públicas a que sua família tem acesso? Mudou depois que veio morar aqui? Mudou ao longo dos anos na Comunidade Cachoeira? Que mudanças? E quais os motivos?
- 14) Tem algum motivo que dificulte a sua permanência na Comunidade? Qual?

15) O que o senhor considera importante para que ocorra o fortalecimento da Comunidade Cachoeira?